

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2024

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2024

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Relatório de Atividades e Contas 2024 CATIM

PROPRIEDADE

Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica (CATIM)

CONTACTOS

Rua dos Plátanos, n.º 197 - 4100-414 Porto – Portugal

Porto | Tel. (+351) 226 159 000 | Fax. (+351) 226 159 035

E-mail: catim@catim.pt

<http://catim.pt> | <https://www.projetoscatim.com/>

DATA

março de 2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. APRECIACÃO GLOBAL	8
2.1 Recursos Humanos	10
2.2 Sócios / Património Associativo	14
2.3 Análise dos Resultados	15
2.4 Tipificação de Clientes	18
2.5 Tipificação da Origem do Conhecimento	19
2.6 Publicações e Conferências	19
3. UNIDADES ATIVIDADES	23
3.1 Apoio tecnológico – Qualidade, Inovação, Ambiente e Segurança	24
4. CATIM E O SISTEMA PORTUGUÊS DE QUALIDADE	27
5. COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS	30
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	36
BALANÇO E CONTAS	37
ORGANIGRAMA DO CATIM	64
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	66

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 - Custos e Proveitos de Funcionamento Análise Comparativa.....	8
Quadro 2.2 – Custos e Proveitos de Funcionamento Análise Evolutiva	9
Quadro 2.3 - Distribuição dos Recursos Humanos por Nível de Qualificação em 2024	11
Quadro 2.4 - Composição do Património Associativo / Capital Social em 2024.....	15

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 – Produto Interno Bruto e Procura Interna (dados encadeados em volume – ano de referência 2021 – taxa de variação anual)	2
Gráfico 1.2 – Índices de preços no consumidor e de inflação subjacente (taxa de variação homóloga e média dos últimos 12 meses)	3
Gráfico 1.3 – Decomposição do PIB da área do euro Índice (2023 T1=100)	4
Gráfico 2.1 - Repartição dos Custos de Funcionamento	10
Gráfico 2.2 - Evolução N.º Colaboradores por Categoria Profissional	10
Gráfico 2.3 - Evolução do N.º de Colaboradores por Género	11
Gráfico 2.4 - Evolução do N.º de Colaboradores por Nível de Qualificação	12
Gráfico 2.5 - Evolução do N.º de Estágios Profissionais Promovidos pelo IEFPP	12
Gráfico 2.6 - Estágios Profissionais – Empregabilidade após Estágio.....	13
Gráfico 2.7 - Evolução do Investimento na Formação dos Colaboradores (€)	13
Gráfico 2.8 - Evolução dos Recursos Humanos considerado as Entradas e Saídas (Acumuladas).....	14
Gráfico 2.9 - Evolução do N.º de Sócios CATIM.....	14
Gráfico 2.10 - Evolução da Prestação de Serviços, Subsídio à Exploração e Subsídio ao Investimento	15
Gráfico 2.11 - Evolução Custos / Proveitos (Prestação de Serviços em k€).....	16
Gráfico 2.12 - Evolução da Faturação per capita e Custos per capita.....	16
Gráfico 2.13 – Evolução dos Investimentos Realizados	17
Gráfico 2.14 - Evolução do Ativo Líquido, Imobilizado Líquido e Capital Próprio nos últimos anos	17
Gráfico 2.15 – Evolução da Autonomia Financeira	17
Gráfico 2.16 – Evolução da Faturação por Grupos de Clientes	18
Gráfico 2.17 – Evolução Anual da Faturação Média por Cliente	18
Gráfico 2.18 - Evolução Anual de N.º de Clientes.....	18
Gráfico 3.1 - Contribuição de Cada Unidade CATIM para as Receitas Totais em 2024.....	23

Gráfico 3.2 – Peso de Cada Unidade CATIM nas Despesas Totais em 2024.....	23
Gráfico 3.3 – Ações de Formação Realizadas (Formação Inter e Intra Empresa)	24
Gráfico 3.4 – N° de Formandos Abrangidos (Formação Inter e Intra Empresa).....	25
Gráfico 3.5 - Volume de Formação (Formação Inter e Intra Empresa)	25

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividade e Contas (RA) de 2024, que o Conselho de Administração do CATIM coloca à consideração dos seus Associados, é caracterizado por um aumento de 16% ao nível dos proveitos de funcionamento e de 5% nos custos de funcionamento, em relação ao Plano de Atividades e Orçamento de 2024, não colocando em causa, no essencial, os objetivos definidos.

Da análise dos resultados dos exercidos de 2023 e 2024, verificou-se um aumento, em 2024, de 6,2% no total de custos de funcionamento, principalmente derivado de aumento na rubrica de Custos com Pessoal (RA 2023= 3.638.747€ e RA 2024=3.878.993€), em resultado de uma atualização salarial de 5,1% no início de 2024. Esta medida visou fazer face à inflação crescente e à necessidade de rever alguns vencimentos, de forma a diminuir a crescente e persistente rotatividade de recursos humanos, promovendo a atratividade do CATIM para novos colaboradores e contrariando as dificuldades no recrutamento de novos colaboradores.

No lado dos proveitos verificou-se, em 2024, um aumento na prestação de serviços, correspondendo a 12% (RA 2023= 5.560.454€ e RA 2024 = 6.229.887€). Também se registou um acréscimo de cerca de 21% na rubrica “Sub. Exploração e Outros rend. e ganhos (excep. Sub inv)”, em resultado do aumento da participação do CATIM em projetos, especialmente no âmbito do PRR.

No cômputo geral, o resultado de 2024 foi positivo, acompanhando a evolução favorável do setor metalúrgico e metalomecânico e a economia nacional, num contexto europeu e mundial caracterizado por incertezas, dúvidas e transformações únicas em décadas.

Contexto Europeu

Em 2024, a Europa enfrentou um período de transformações significativas no plano económico, social e político.

No plano económico, após anos de inflação elevada, as previsões apontavam para um abrandamento das pressões inflacionistas, impulsionado pela descida dos preços da energia e às políticas monetárias implementadas, o que se veio a confirmar. No entanto, o crescimento económico manteve-se modesto, com a Alemanha a enfrentar uma recessão que afetou o desempenho geral da União Europeia. Após um período de estagnação em 2023, a atividade económica na área do euro registou uma recuperação moderada ao longo de 2024, com o Produto Interno Bruto (PIB) real a crescer 0,2% no segundo trimestre e 0,4% no terceiro trimestre, impulsionado pela retoma da procura interna. Apesar deste contexto desafiante, Portugal destacou-se ao apresentar o melhor desempenho da zona euro no quarto trimestre, com crescimento de 1,5%, enquanto a Espanha registou avanço de 0,8%. Em contrapartida, as maiores

economias do bloco não acompanharam o mesmo ritmo: a Alemanha, considerada a locomotiva económica da EU, registou uma queda de 0,2% em comparação com o trimestre anterior, a França recuou 0,1% e a Itália permaneceu estagnada, com 0,0% no segundo trimestre consecutivo.

No plano social, a Europa, e Portugal em particular, deparou-se com desafios significativos, como o aumento do custo de vida e a escassez de habitação, intensificados por mudanças mais amplas a nível social, ambiental e de perceção de segurança. A necessidade de reforçar a produtividade, conquistar novos mercados e criar melhores condições de trabalho tornou-se premente para garantir melhores condições de vida e atrair/fixar talentos.

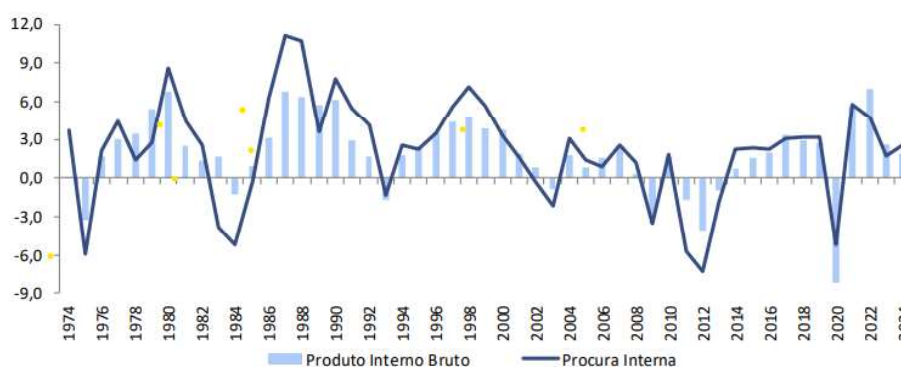
No plano político, a União Europeia enfrentou uma crescente instabilidade, com a ascensão de partidos populistas e radicais em vários países, refletindo a fragmentação do cenário político europeu. As eleições europeias de 2024 foram marcadas por uma polarização inédita, evidenciando as divergências políticas dentro do bloco. Além disso, a Alemanha atravessou uma crise governamental significativa, resultante de divergências dentro da coligação no poder, afetando a estabilidade política da União Europeia, com consequências para os restantes países do bloco.

Este contexto exigiu respostas coordenadas e eficazes das instituições europeias e dos Estados-Membros para mitigar os impactos fortalecer a resiliência e promover a coesão da União Europeia, num cenário global cada vez mais complexo e imprevisível.

Contexto Nacional

Em 2024, a economia portuguesa registou um crescimento de 1,9%, após um aumento de 2,6% em 2023, superando a estimativa do Governo e destacando-se na Zona Euro, que cresceu apenas 0,7%. Este crescimento foi impulsionado principalmente pelo consumo privado, refletindo a confiança dos consumidores e a estabilidade económica do país.

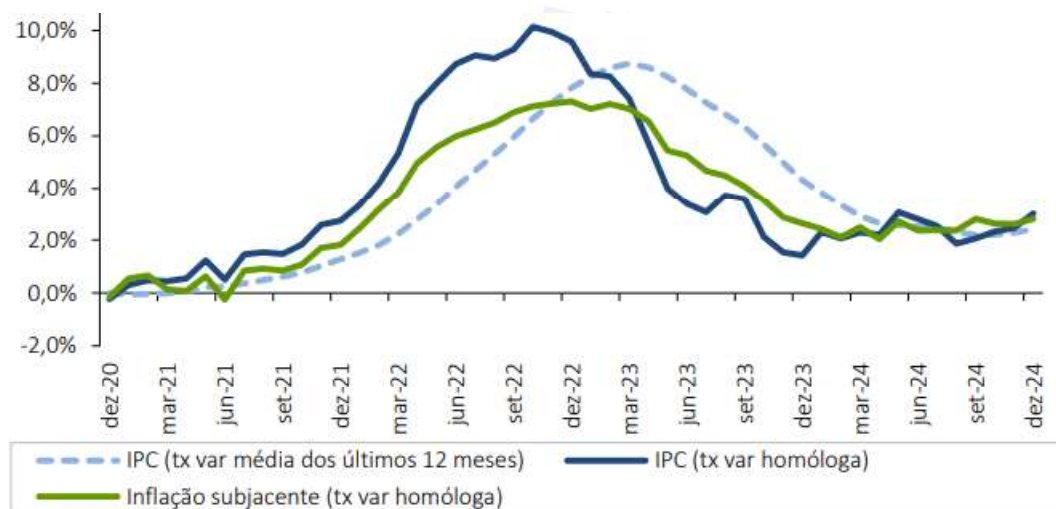
Gráfico 1.1 – Produto Interno Bruto e Procura Interna (dados encadeados em volume – ano de referência 2021 – taxa de variação anual)



Fonte: INE. Contas Nacionais Trimestrais. 4º trimestre de 2024 e ano 2024

Em 2024, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 2,4%, uma taxa inferior à registada no conjunto do ano 2023 (4,3%).

Gráfico 1.2 – Índices de preços no consumidor e de inflação subjacente (taxa de variação homóloga e média dos últimos 12 meses)

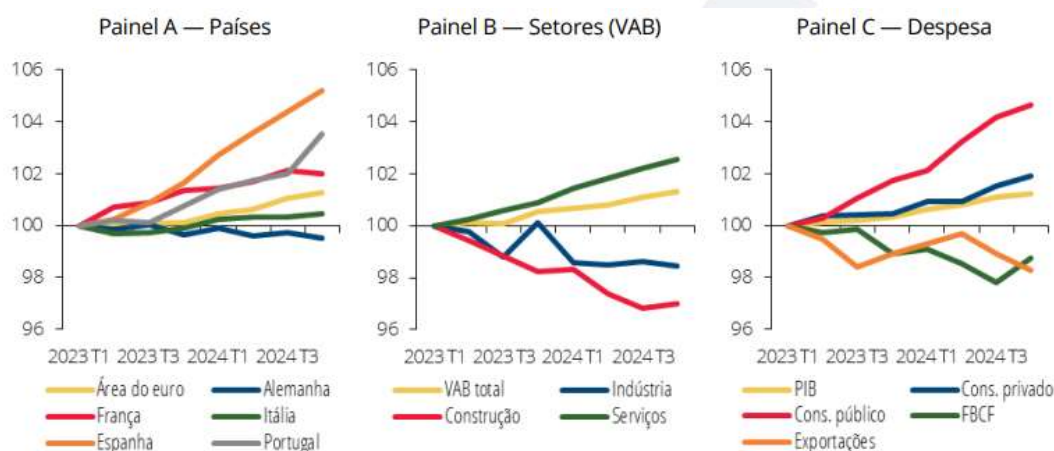


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Contexto Mundial

O ano de 2024 foi marcado por um contexto mundial desafiante e complexo, com implicações significativas no comércio, na política e na economia global. O comércio mundial de bens e serviços registou um crescimento de 3,4%, em comparação com os modestos 0,4% observados em 2023, e espera-se que mantenha um ritmo de crescimento de 3,1%, em média, para o período 2025–27. Esta recuperação reflete, em parte, uma estabilização das cadeias de abastecimento e um aumento da procura em mercados emergentes.

Em relação à economia portuguesa, o crescimento da procura externa em 2024, registando um aumento de 1,4% após uma queda de 0,5% em 2023. No entanto, prevê-se que este crescimento permaneça inferior ao do comércio mundial em 2025 (2,4%), em resultado do menor dinamismo relativo da zona euro, o principal destino das exportações portuguesas. Para os anos de 2026 e 2027 estima-se um crescimento próximo de 3%, em linha com as tendências globais.

Gráfico 1.3 – Decomposição do PIB da área do euro | Índice (2023 T1=100)

Fonte: Eurostat (cálculos do Banco de Portugal). | Notas: As componentes da despesa da área do euro excluem a Irlanda, devido a grandes variações em alguns agregados associadas à presença de empresas multinacionais neste país. Dados até ao quarto trimestre de 2024.

No contexto político e geopolítico, a reeleição de Donald Trump nos Estados Unidos e as suas políticas controversas, que incluíram ameaças de tarifas elevadas sobre produtos europeus e negociações com a Rússia, excluindo a UE, tiveram um impacto significativo na dinâmica internacional, aumentando as tensões e as incertezas económicas. Por sua vez, estas posições, consideradas hostis ao bloco europeu, fomentaram uma maior coesão entre os Estados-Membros na defesa dos seus valores e na proteção da segurança comum.

Em resposta às crescentes tensões geopolíticas e ao aumento dos riscos globais, a UE deu início a um esforço coordenado para reforçar a sua capacidade de defesa. A Presidente da Comissão Europeia anunciou a proposta “ReArm Europe”, um ambicioso plano que prevê um investimento de 800 mil milhões de euros no setor da defesa ao longo dos próximos quatro anos. Paralelamente, a Alemanha aprovou uma reforma constitucional destinada a aumentar o gasto militar em até 500 mil milhões de euros nos próximos doze anos, marcando uma nova era na política de defesa europeia.

Este período de desafios económicos, financeiros e políticos sublinhou a necessidade de uma maior integração e resiliência por parte da União Europeia, com vista a garantir a estabilidade e a prosperidade do continente face a um cenário global cada vez mais complexo e imprevisível.

No âmbito internacional, os Estados Unidos mantiveram-se como a principal economia mundial, com um PIB real de 29,16 biliões de dólares em 2024, seguidos pela China, com 18,27 biliões de dólares. As decisões comerciais e políticas do governo norte-americano, que privilegiaram um enfoque protecionista, contribuíram para a criação de incertezas económicas, afetando o comércio global e as parcerias estratégicas com outros blocos económicos.

Além disso, as tensões no setor bancário e as políticas de habitação forame continuaram a ser, em 2025, uma preocupação central para diversas economias desenvolvidas, incluindo os Estados Unidos e países da União Europeia. A instabilidade no setor financeiro, associada a políticas habitacionais ineficazes, acentuou desigualdades sociais e comprometeu o crescimento económico sustentado.

Conclusão

Em síntese, o ano de 2024 foi caracterizado por uma recuperação económica em várias áreas geográficas, embora com desafios persistentes que exigem atenção e adaptação contínuas. Portugal destacou-se com um crescimento económico robusto e uma inflação controlada, contrastando com um contexto europeu marcado por divergências económicas significativas entre os Estados-Membros. Globalmente, as principais economias mantiveram-se estáveis, mas enfrentaram desafios específicos que continuarão a requerer abordagens estratégicas nos próximos anos.

As empresas portuguesas e europeias enfrentaram um ambiente caracterizado por desafios económicos, sociais e políticos significativos. A desaceleração económica global, as tensões geopolíticas e a necessidade urgente de transição digital e sustentável moldaram o cenário empresarial, impondo a necessidade de adotar, em 2025, estratégias adaptativas para garantir competitividade e sustentabilidade a longo prazo.

Para prosperar neste contexto de transformação, as empresas devem adotar medidas que acelerem a transformação digital, investindo em tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, para aumentar a eficiência operacional e a competitividade. Além disso, torna-se crucial implementar práticas sustentáveis, adotando processos que não só cumpram as exigências regulatórias, mas que também reforcem a imagem corporativa e atraiam consumidores cada vez mais conscientes.

Note-se que apenas 40% das PME europeias consideram estar digitalmente preparadas, o que sublinha a necessidade de um esforço concertado na adoção de tecnologias e na capacitação digital. Por sua vez, a pressão para adotar práticas sustentáveis aumentou, exigindo investimentos substanciais em tecnologias verdes e na descarbonização das cadeias produtivas.

Para além das questões relacionadas com a digitalização e a sustentabilidade, as empresas devem preocupa-se em expandir para novos mercados, mitigando riscos associados a instabilidades regionais e diversificando as suas fontes de receita. A par disso, o fortalecimento de parcerias e colaborações estratégicas permitirá facilitar a entrada em novos segmentos e otimizar recursos, fomentando a competitividade num ambiente cada vez mais globalizado e interdependente.

Perante este cenário, o posicionamento do CATIM no ano de 2024 manteve-se alinhado com a situação económica, financeira e social de Portugal e do contexto internacional, reforçando o seu compromisso com o progresso e a modernização do setor metalúrgico e metalomecânico.

O Conselho de Administração submete o Relatório e Contas de 2024 à aprovação do Conselho Geral, reafirmando a confiança e o apreço pela colaboração de todos os parceiros, colaboradores e associados.



2. APRECIACÃO GLOBAL

2. APRECIÇÃO GLOBAL

Considerando os valores correspondentes a custos e proveitos de funcionamento, a comparação entre os objetivos estabelecidos no Plano e Orçamento para 2024 e as contas do exercício, mostra um desvio de 5% nos custos e 16% nos proveitos de funcionamento, relativamente aos valores orçamentados.

Quadro 2.1 - Custos e Proveitos de Funcionamento | Análise Comparativa

RUBRICA	ORÇAMENTO 2024	Pro-rata IVA Suportado em 2024 (*)	REALIZADO 2024	DESVIOS	
				VALOR	%
CUSTOS DE FUNCIONAMENTO					
Custos das matérias consumidas	29 000	2 119	34 162	7 281	25%
Fornecimentos e serviços externos	2 315 100	97 788	2 230 007	12 695	1%
Outros gastos e perdas	226 000	24 104	335 438	133 543	59%
Custos com pessoal	3 720 000		3 878 993	158 993	4%
TOTAL DE CUSTOS DE FUNCIONAMENTO	6 290 100	124 011	6 478 601	312 512	5%
PROVEITOS DE FUNCIONAMENTO					
Prestação de serviços	4 700 000		6 229 887	1 529 887	32,6%
Sub. Exploração e Outros rend. e ganhos (excep. Sub inv)	2 352 324		1 943 405	-408 918	-17,4%
TOTAL DE PROVEITOS DE FUNCIONAMENTO	7 052 324		8 173 292	1 120 969	16%
RESULTADOS DE FUNCIONAMENTO	762 224		1 570 680	808 457	106%
*Pro-rata IVA 2024, não considerado no Orçamento 2024					

Quadro 2.2 – Custos e Proveitos de Funcionamento | Análise Evolutiva

RUBRICA	2022	2023	2024	DESVIOS	
				VALOR	%
CUSTOS DE FUNCIONAMENTO					
Custos das matérias consumidas	26 646	38 209	34 162	-4 046	-10,6%
Fornecimentos e serviços externos	1 938 715	2 202 748	2 230 007	27 259	1,2%
Outros gastos e perdas	207 460	218 019	335 438	117 419	53,9%
Custos com pessoal	3 273 750	3 638 747	3 878 993	240 246	6,6%
TOTAL DE CUSTOS DE FUNCIONAMENTO	5 446 570	6 097 723	6 478 601	380 878	6,2%
PROVEITOS DE FUNCIONAMENTO					
Prestação de serviços	4 899 985	5 560 454	6 229 887	669 433	12,0%
Sub. Exploração e prov e ganhos operacionais(excep. Sub inv)	1 121 580	1 600 999	1 943 405	342 406	21,4%
TOTAL DE PROVEITOS DE FUNCIONAMENTO	6 021 565	7 161 453	8 173 292	1 011 839	14,1%

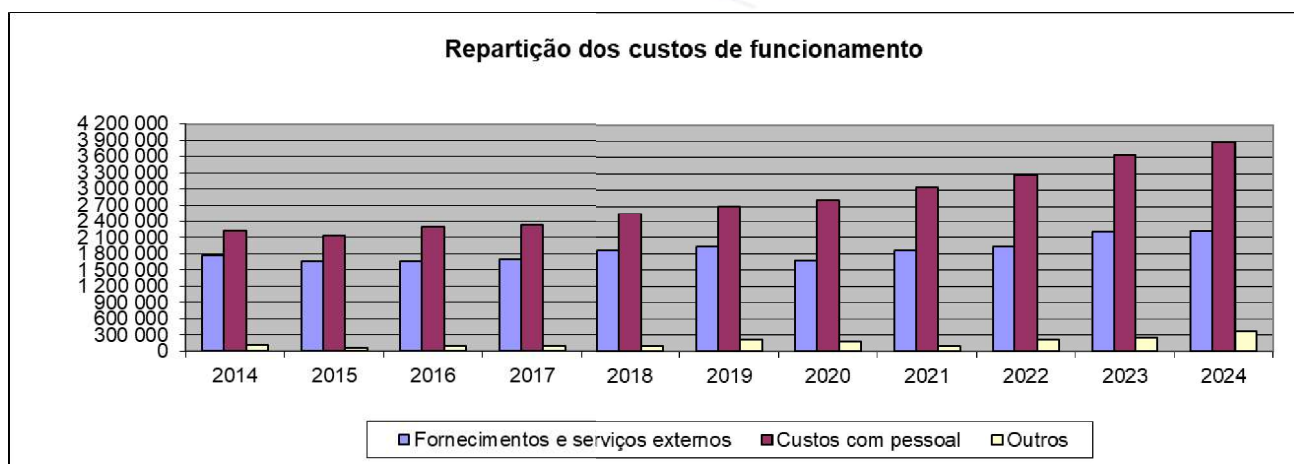
Da análise dos resultados dos exercidos de 2023 e 2024, verificámos um aumento, em 2024, de 6,2% no total de custos de funcionamento, principalmente derivado de aumento na rubrica de Custos com Pessoal (RA 2023= 3.638.747€ e RA 2024=3.878.993€), essencialmente em resultado de uma atualização salarial de 5,1% no início de 2024 para fazer face inflação crescente que se verificava, da necessidade de rever a alguns vencimentos de forma a diminuir a crescente rotatividade de RH's, permitindo aumentar a atratividade do CATIM para novos colaboradores, contrariando a dificuldade que se tem vindo a verificar ao nível do recrutamento de novos colaboradores.

No lado dos proveitos verificou-se, em 2024, um aumento na prestação de serviços, correspondendo a 12% (RA 2023= 5.560.454€ e RA 2024 = 6.229.887€). Também se verificou um acréscimo de cerca de 21% na rubrica “Sub. Exploração e Outros rend. e ganhos (excep. Sub inv)” em resultado do aumento da participação do CATIM em projetos, especialmente no âmbito do PRR.

CUSTOS DE FUNCIONAMENTO

Em termos de repartição de custos de funcionamento (não incluindo amortizações e imparidades de dívidas a receber), a distribuição nos últimos anos foi a seguinte:

Gráfico 2.1 - Repartição dos Custos de Funcionamento



2.1 Recursos Humanos

O exercício de 2024 terminou com um total de 108 colaboradores:

Gráfico 2.2 - Evolução N.º Colaboradores por Categoria Profissional

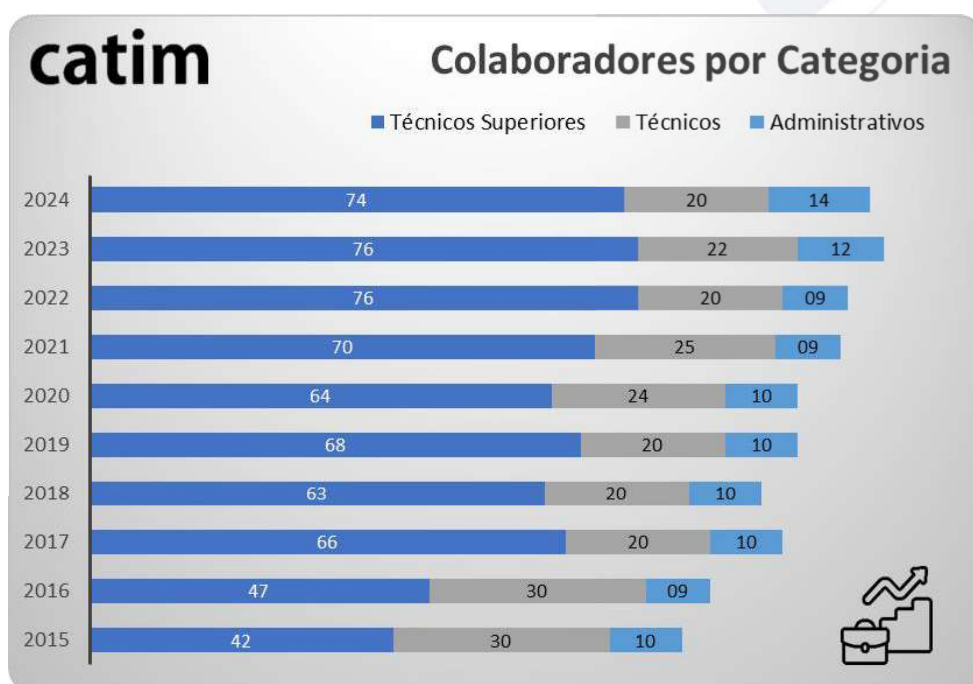
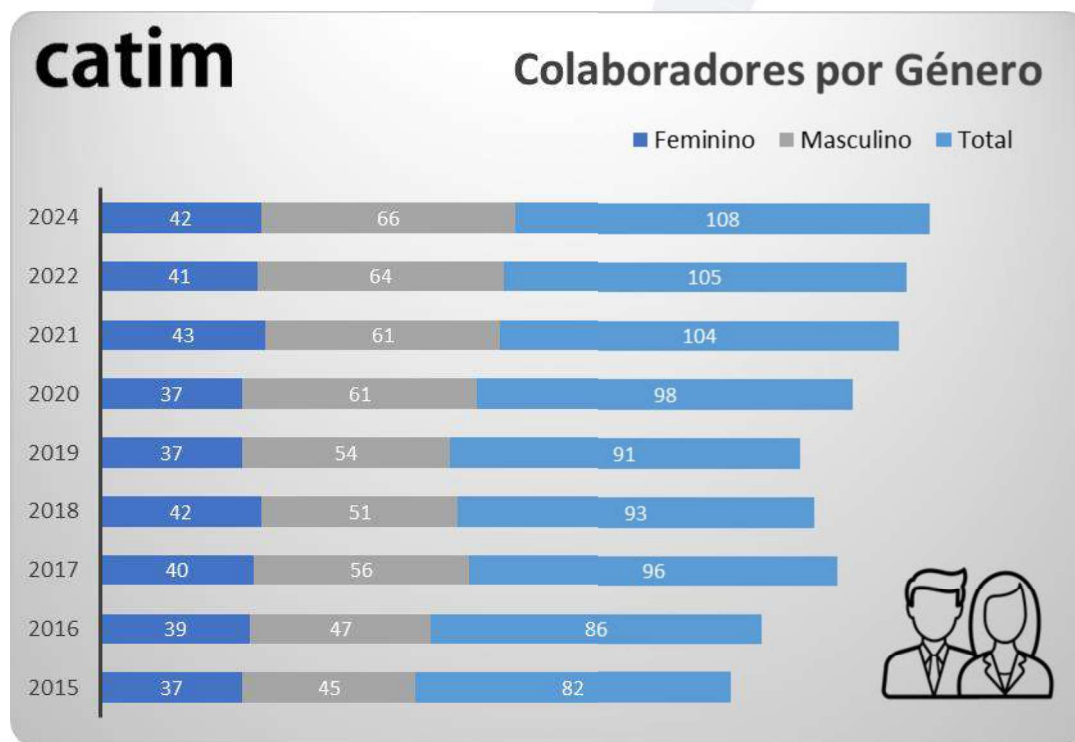


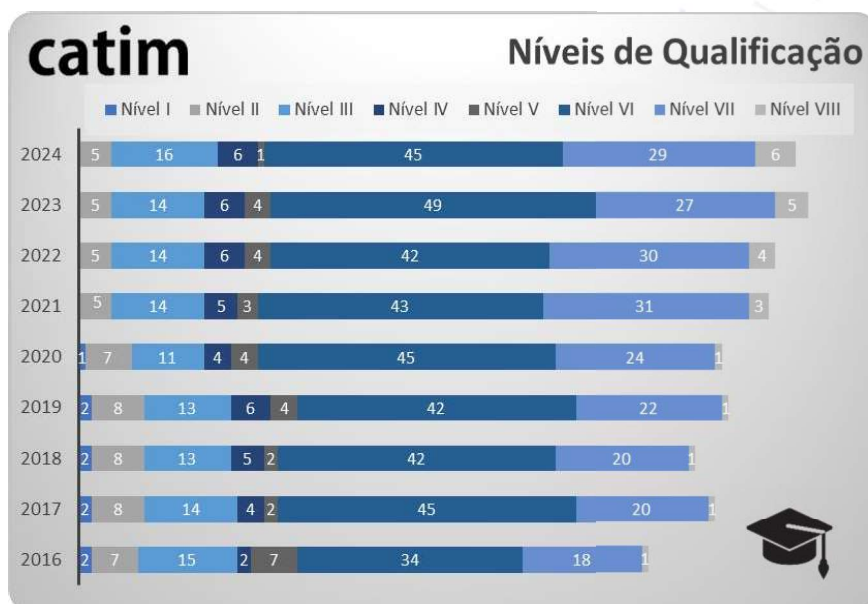
Gráfico 2.3 - Evolução do N° de Colaboradores por Género



Por níveis de qualificação, no final de 2024 a distribuição dos recursos humanos era a seguinte:

Quadro 2.3 - Distribuição dos Recursos Humanos por Nível de Qualificação em 2024

Género/Nível de qualificação	Ano									
	Ano 2024	Género	Nível II	Nível III	Nível IV	Nível V	Nível VI	Nível VII	Nível VIII	Total
		F	03	02	01	00	22	11	03	42
		M	02	14	05	01	23	18	03	66

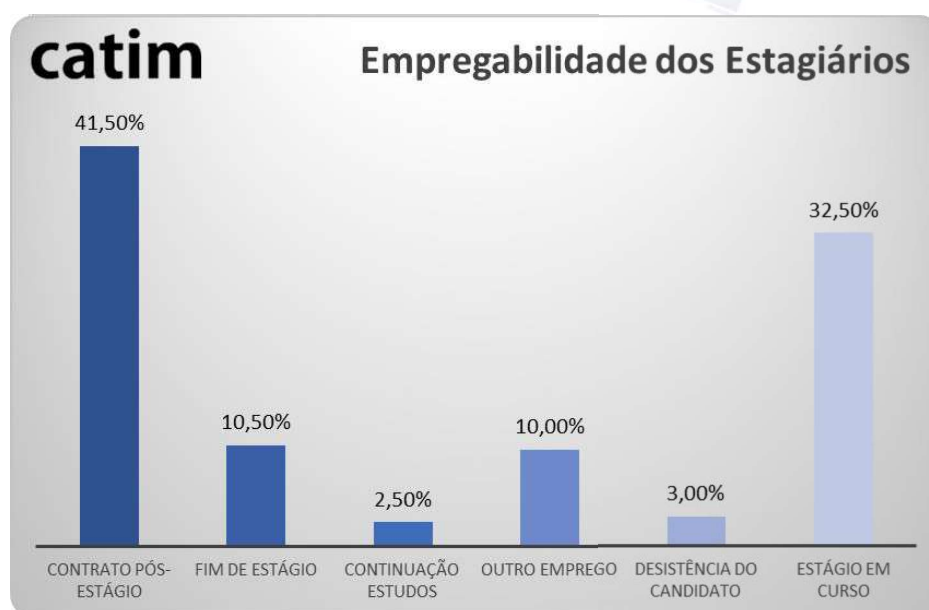
Gráfico 2.4 - Evolução do N.º de Colaboradores por Nível de Qualificação

Em termos de responsabilidade social continua a merecer referência a empregabilidade que o CATIM tem proporcionado aos jovens que fazem estágio no Centro Tecnológico, nomeadamente os estágios profissionais promovidos pelo IEFP.

Gráfico 2.5 - Evolução do N.º de Estágios Profissionais Promovidos pelo IEFP

De salientar que dos 200 estagiários acolhidos relativos ao período 1999-2024, 41,50% dos estagiários estabeleceu um contrato de trabalho no CATIM na sequência direta do estágio, conforme indica o diagrama seguinte:

Gráfico 2.6 - Estágios Profissionais – Empregabilidade após Estágio



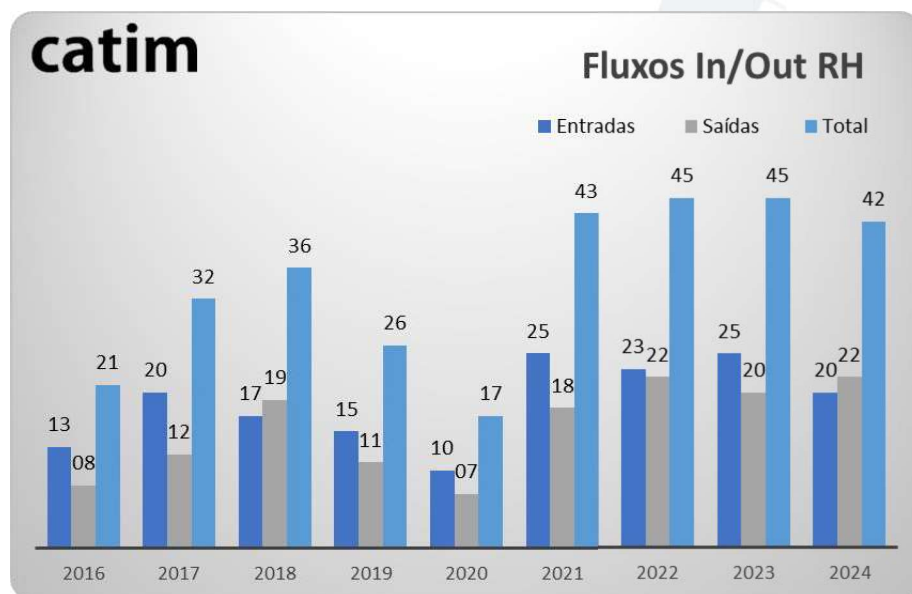
A evolução do investimento na formação, (custos diretos) em continuidade com os exercícios anteriores, e sem que se tenha verificado qualquer apoio, foi o seguinte:

Gráfico 2.7 - Evolução do Investimento na Formação dos Colaboradores (€)



O exercício de 2024 mantém uma elevada rotação de quadros do CATIM à semelhança do exercício de 2023, tendo-se verificado um total de 22 saídas e 20 entradas.

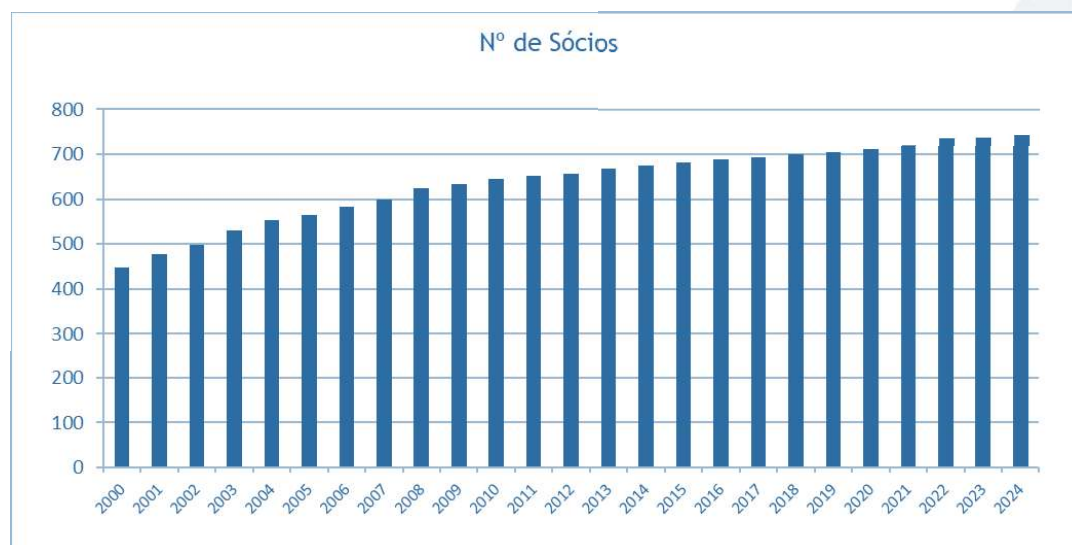
Gráfico 2.8 - Evolução dos Recursos Humanos considerado as Entradas e Saídas (Acumuladas)



2.2 Sócios / Património Associativo

Em 2024, 5 empresas subscreveram uma unidade de participação cada, ascendendo o capital subscrito a 574.500 euros correspondendo a 744 associados. O crescimento do número de associados nos últimos anos foi o seguinte:

Gráfico 2.9 - Evolução do N° de Sócios CATIM



Quadro 2.4 - Composição do Património Associativo / Capital Social em 2024

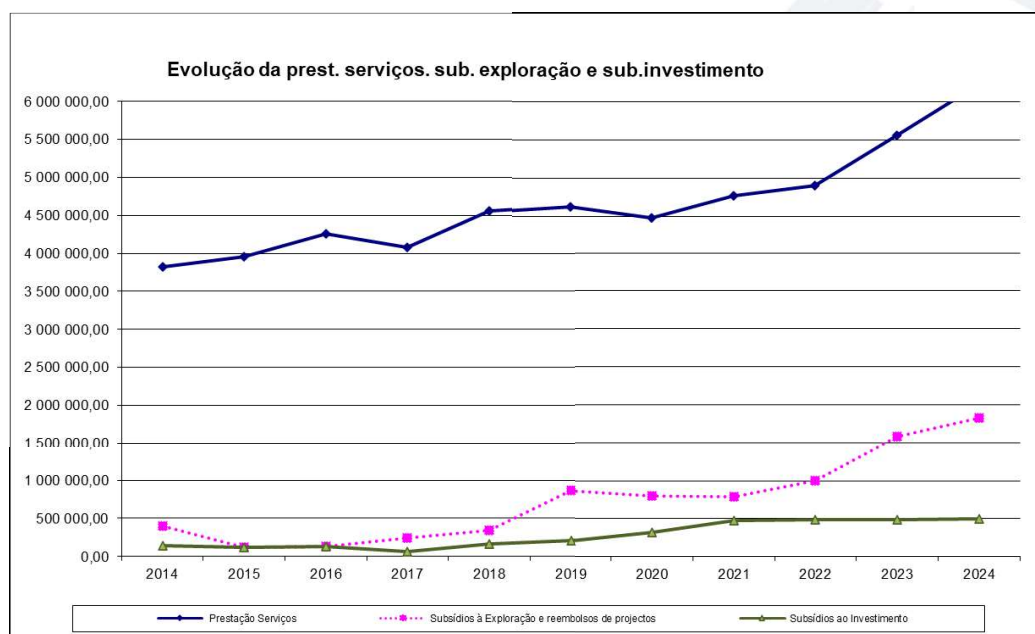
Entidades participantes	Número de UP's	Capital Subscrito		Capital Realizado	
		(euros)	(%)	(euros)	(%)
Entidades públicas	133	66.500,00	11,58%	66.500,00	11,60%
Nacional privado:					
Empresas	888	444.000,00	77,28%	443.000,00	77,24%
Associações	124	62.000,00	10,79%	62.000,00	10,81%
Sub-total part.entid. Privado	1.145	572.500,00	99,65%	571.500,00	99,65%
Estrangeiro privado:	4	2.000,00	0,35%	2.000,00	0,35%
Total	1.144	574.500,00	100%	573.500,00	100%

2.3 Análise dos Resultados

PROVEITOS

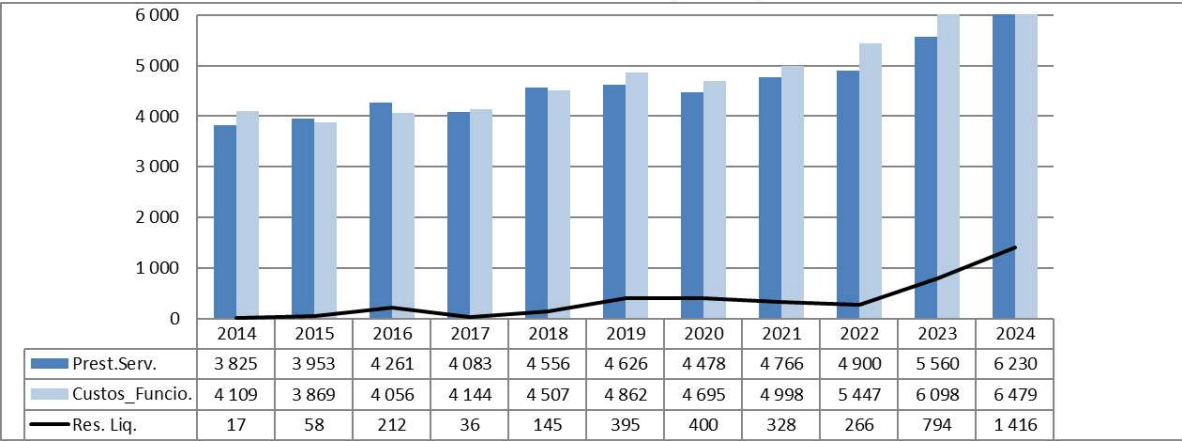
Os proveitos por serviços prestados foram de 6.229.887,10€, a que se adicionam 1.823.856,86€ relativos a reembolsos de projetos e 498.264,65€ relativo a anualização de subsídios ao investimento.

Gráfico 2.10 - Evolução da Prestação de Serviços, Subsídio à Exploração e Subsídio ao Investimento



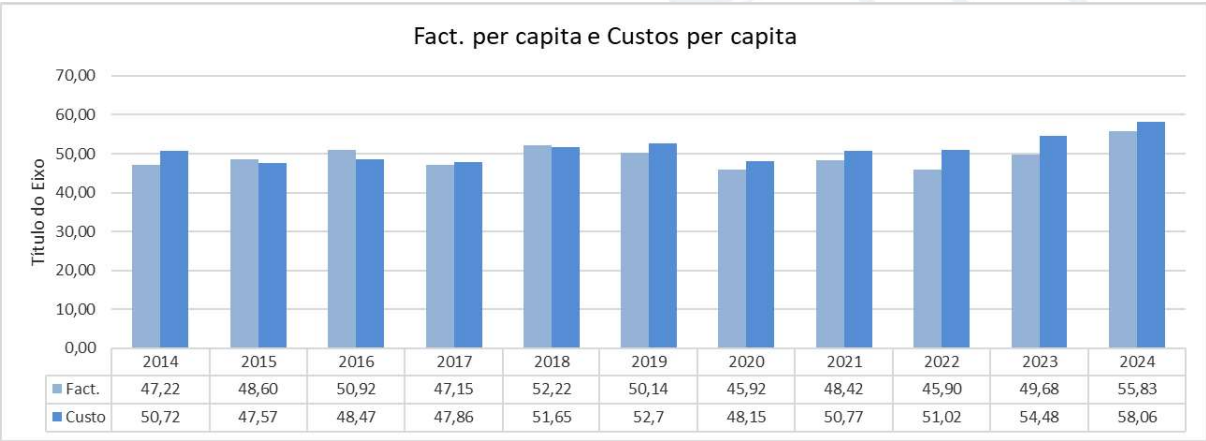
CUSTOS

Gráfico 2.11 - Evolução Custos / Proveitos (Prestação de Serviços em k€)

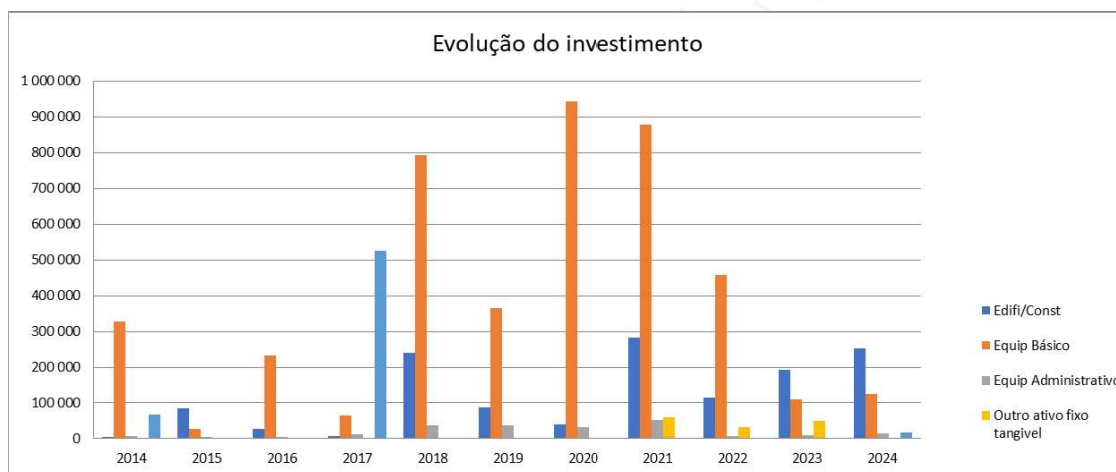
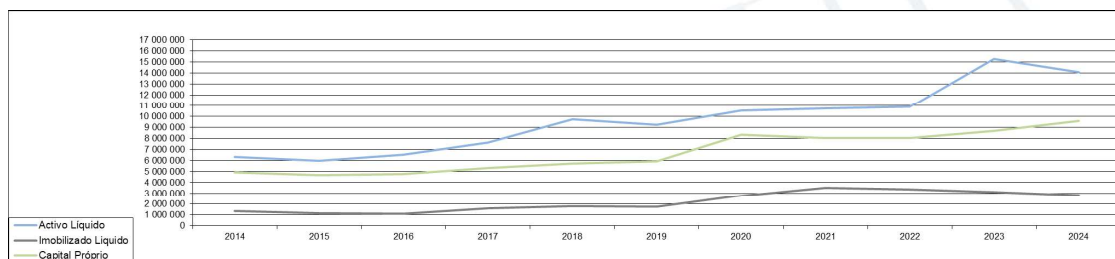


O total dos custos de exploração atingiu 6.478.601€ (não inclui Iva suportado), constituídos por 34.162€ de matérias-primas, 2.230.007€ relativos a fornecimento e serviços externos, 3.878.993€ de custos com pessoal e 335.438€ de outros gastos e perdas.

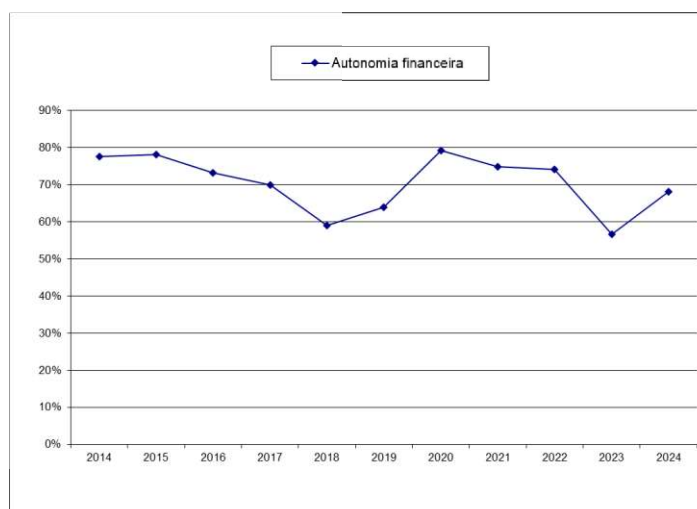
Gráfico 2.12 - Evolução da Faturação per capita e Custos per capita



Os investimentos em 2024 foram ligeiramente superiores aos de 2023, mas abaixo dos anos em que existe financiamento para capacitação em termos tecnológicos dos CTI's.

Gráfico 2.13 – Evolução dos Investimentos Realizados**Gráfico 2.14 - Evolução do Ativo Líquido, Imobilizado Líquido e Capital Próprio nos últimos anos**

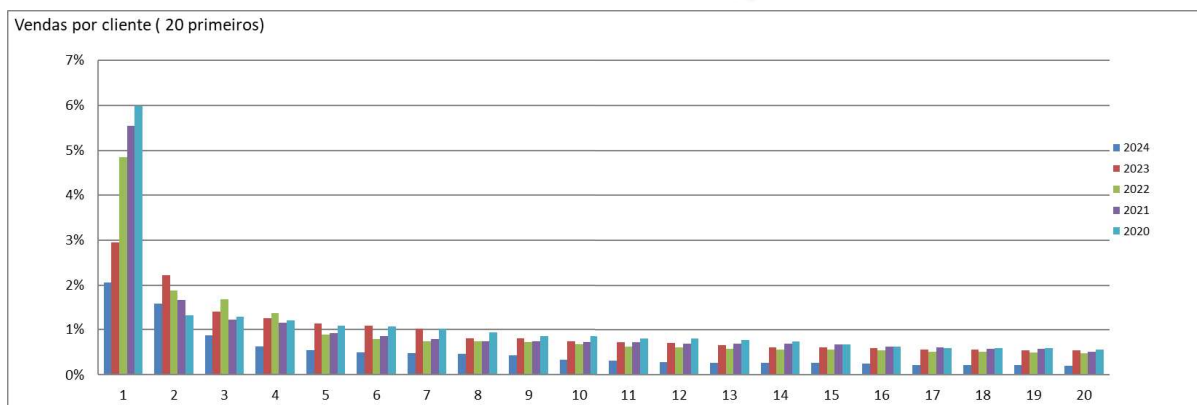
A evolução da autonomia financeira do Centro está representada no gráfico seguinte:

Gráfico 2.15 – Evolução da Autonomia Financeira

2.4 Tipificação de Clientes

A análise da faturação por grupos de clientes revela uma continuidade na dispersão de vendas, conforme mostra gráfico seguinte:

Gráfico 2.16 – Evolução da Faturação por Grupos de Clientes



Em 2024 a faturação média por cliente foi de 1.467€, superior à verificada em 2023 (1.394€):

Gráfico 2.17 – Evolução Anual da Faturação Média por Cliente

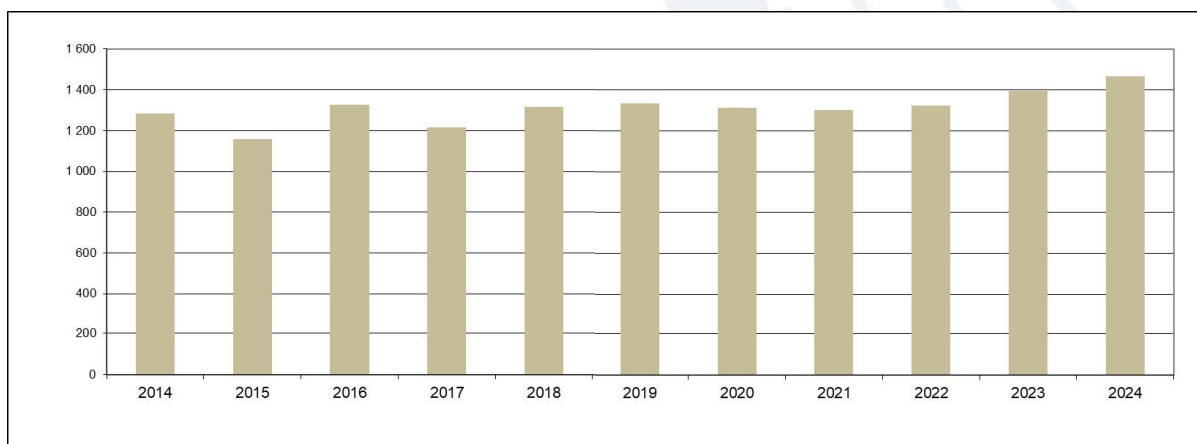
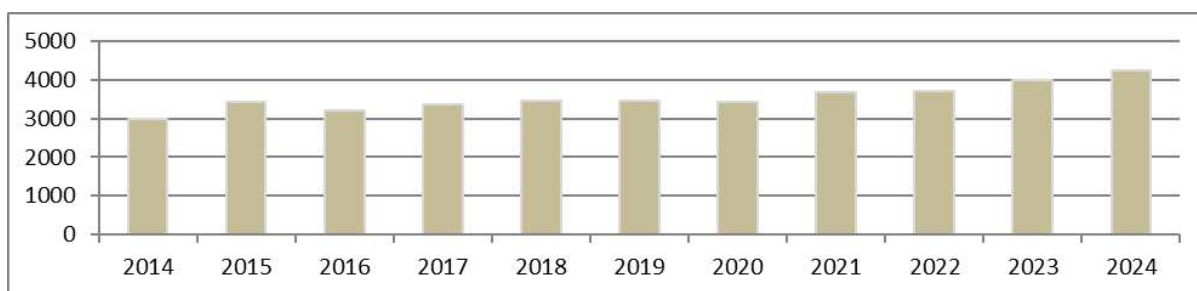


Gráfico 2.18 - Evolução Anual de N.º de Clientes



O número de empresas apoiadas em 2024 foi 4.245, superior ao verificado em 2023 (3.988)

2.5 Tipificação da Origem do Conhecimento

Mantêm-se válidos os vetores do conhecimento referidos como importantes para o CATIM, nos últimos relatórios de atividades:

A experiência acumulada dos seus técnicos, suportada por uma política de formação visando uma elevada qualificação dos recursos humanos, apoiando a participação em ações de formação, e cursos de pós-graduação;

A proximidade ao cliente, o trabalho com as Associações Industriais, designadamente a AIMMAP, a cooperação e o desenvolvimento de parcerias com outras Infraestruturas Tecnológicas e com as Universidades.

A participação em projetos de I&D, nacionais e europeus, fontes importantes de informação e aquisição de conhecimento, bem como o contacto com fornecedores de equipamento e a participação em Feiras Industriais.

A participação ativa na Normalização. O envolvimento nos trabalhos das comissões técnicas de normalização, nacionais e europeias, permite aceder a um acervo formidável de conhecimentos, de enorme importância no contexto da metalomecânica. De modo análogo, e no âmbito das Diretivas Comunitárias merece referência a participação nas reuniões dos Organismos Horizontais e Verticais encarregados de harmonizar as abordagens dos Organismos Notificados.

2.6 Publicações e Conferências

Publicações, Comunicações e Conferências

A divulgação de resultados de projetos e da atividade do CIT, resultaram em 22 participações e publicações científicas/organizações:

- 2 comunicações em Congressos nacionais;
- 3 comunicações em Congressos internacionais;
- 13 publicações em Jornal/Revista;
- 3 publicações em Livros de Proceedings/Abstracts;

- 1 organização de Seminários/Conferências.

Comunicações em Congressos Nacionais

Mendonça, J., Lopes, I., Oliveira, A., Menezes, P., Domingues, F., Alba, F., & Pires, C. (2024). Gestão de Calibrações num Ambiente de Manufatura Zero Defeitos. 9º Encontro Nacional da SPMet. Livro de Resumos, pp. 29. Porto, Portugal

Ferreira, F. (2024). Tomografia Computorizada, Tecnologia de Ensaios não Destrutivos, para validação de processos produtivos. 9º Encontro Nacional da SPMet. Livro de Resumos, pp. 30. Porto, Portugal

Comunicações em Congressos Internacionais

Fernandes, C. (2024). Workplaces Digital Transformation: Psychosocial Exposure and Mental Health Trends. Book of Poster Abstracts of 8th EUROSHNET Conference (8th European conference on standardization, testing and certification in the field of occupational safety and health). pp.4

Garcia, A., Fernandes, M., Teixeira, H., Vaz, L., Castro, P., & Matos, T. (2024). Experimental Assessment of the Domestic Ovens Performance Operated on Hydrogen-Natural Gas Blends. Book of Abstracts on 1st international conference on "Sustainable Water Management, and Resource Adaptation (SWMRA)", pp.44. Paris, France.

Rocha, L., Araújo, N., Berlec, T., et al. (2024). Education on Digital: The FabLabs Contribution for Innovative Educational Technologies. Proceedings of 2nd International Conference on Advancing Sustainable Futures (ICASF 2024). ID: 39. pp. 239. Ritz Carlton, Abu Dhabi.

Publicações em Jornal/Revista

Araújo, D., Bártolo, A., Fernandes, C., Monteiro, S., & Pereira, A. (2024). Intervention Programs Targeting Burnout in Health Professionals: A Systematic Review. Iran J Public Health. 53(5). pp. 997-1008. doi:10.18502/ijph.v53i5.15580.PMID:38912141;PMCID: PMC11188645.

Duque, M., & Ribeiro, C. (2024). Diretiva CSRD - Reporte de Sustentabilidade corporativo, aplicável a partir de janeiro de 2025, N.º 2. pp. 17. ISSN 2975-9673

Fonseca, A., (2024). Funicular da Graça, N.º 2. pp. 18. ISSN 2975-9674

Fonseca, A. (2024). Segurança de Máquinas: O que muda com a entrada em vigor do Regulamento (UE) 2023/1230. InterMetal, N.º 23, pp. 69-74

Frontoura, B. (2024). Metrologia na Saúde - Garantia da Segurança e da Qualidade dos Equipamentos Médicos, N.º 2. pp. 19. ISSN 2975-9675

Peixoto, A. (2024). Revisão da ISO 9000 e ISO 9001, N.º 3. pp. 15. ISSN 2975-9670

Peixoto, A. (2024). Acesso a Normas Harmonizadas (ONS CATIM), N.º 3. pp. 16. ISSN 2975-9671

Peixoto, A. (2024). CT 40 - Máquinas, Robots e Automação Industrial, Aspetos de Segurança & ISO/TC 299-ROBOTICS, N.º 5. pp. 19-20. ISSN 2975-9672

Peixoto, A., & Fernandes, C. (2024). CT 166 - Espaços e Equipamentos de Desporto, Recreio e Lazer, N.º 2. pp. 20. ISSN 2975-9676

Perfeito, I. (2024). Metrologia e a Sustentabilidade, N.º 3. pp. 14. ISSN 2975-9669

Ribeiro, C. (2024). ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental. e-catim Boletim Digital, N.º 4. pp. 15. ISSN 2975-9668

Ribeiro, C., & Abreu, R. (2024). TEAR Título de Emissões para o AR. e-catim Boletim Digital, N.º 3. pp. 13. ISSN 2975-9668

Teixeira, H. (2024). A ciência de dados na gestão e manutenção de ativos físicos. TecnoMetal, Vol. 267, pp. 16-35.

Publicações em Livros de Proceedings/Abstracts

Matos, R. (2024). LabH2 CATIM – Um Contributo para a Transição Energética e Descarbonização da Economia. Livro Soluções para um Habitat Sustentável. Editor: Cluster Habitat Sustentável, Ed n.º 1, pag.19.

Nunes, P., Lopes, I., Basto, L., Pires, C. (2024). Identifying Dependency Relationships Between Events in Production Systems. In: Silva, F.J.G., Ferreira, L.P., Sá, J.C., Pereira, M.T., Pinto, C.M.A. (eds) Flexible Automation and Intelligent Manufacturing: Establishing Bridges for More Sustainable Manufacturing Systems. FAIM 2023. Lecture Notes in Mechanical Engineering. Springer, Cham. pp. 87–94. https://doi.org/10.1007/978-3-031-38165-2_11

Sousa, M., Lopes, I., Pires, C., Mendonça, J.P. (2024). Selecting the Method for Setting the Calibration Intervals of Metrological Devices. In: Silva, F.J.G., Ferreira, L.P., Sá, J.C., Pereira, M.T., Pinto, C.M.A. (eds) Flexible Automation and Intelligent Manufacturing: Establishing Bridges for More Sustainable Manufacturing Systems. FAIM 2023. Lecture Notes in Mechanical Engineering. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-38165-2_10

Organizações de Seminários/Conferências

(2024). SIMPMET 2024. ISEP, IEP, CATIM, ULSSJ, AMDSSE, Ordem dos Engenheiros. - <https://www2.isep.ipp.pt/simpmet/>



3. UNIDADES | ATIVIDADES

3. UNIDADES | ATIVIDADES

A atividade levada a cabo por cada uma das Unidades, apresenta uma distribuição muito semelhante à verificada nos últimos exercícios, avaliada pela sua contribuição para as receitas e custos do exercício:

Gráfico 3.1 - Contribuição de Cada Unidade CATIM para as Receitas Totais em 2024

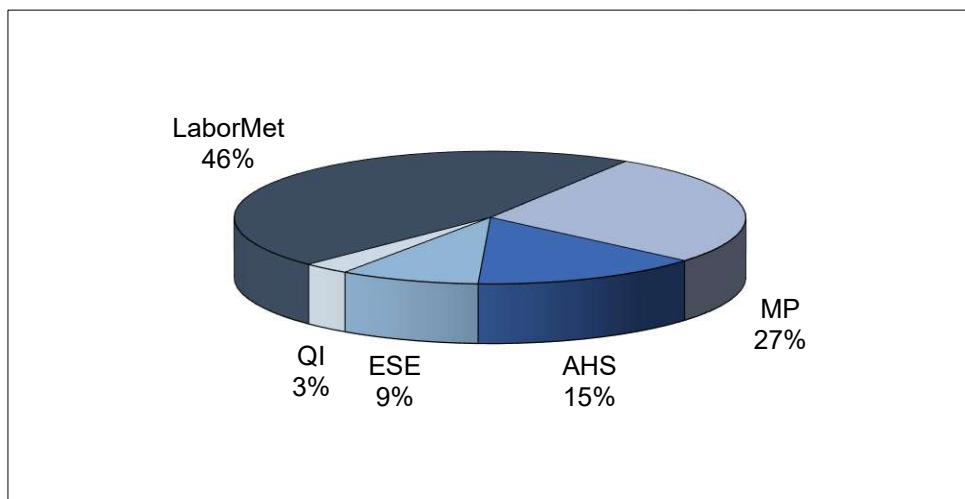
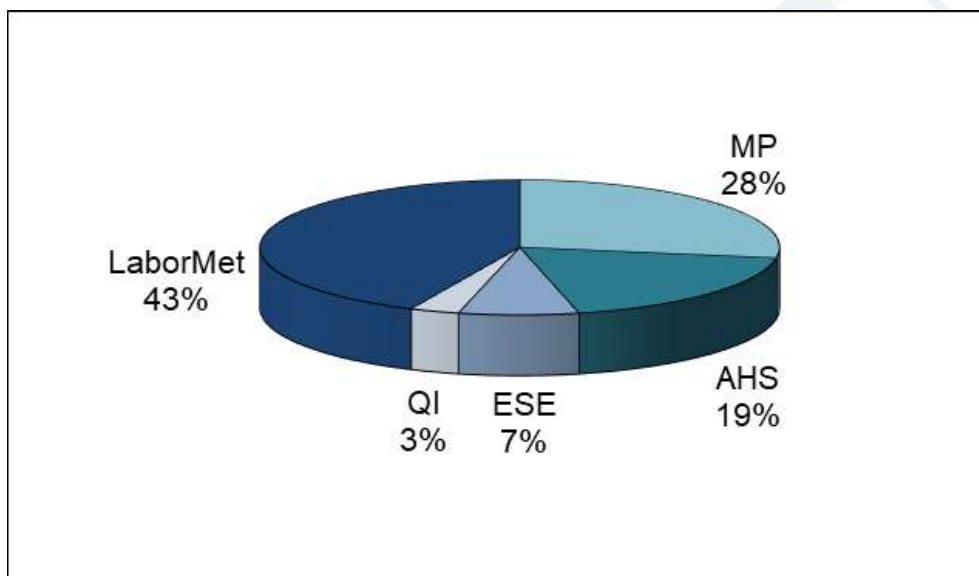


Gráfico 3.2 – Peso de Cada Unidade CATIM nas Despesas Totais em 2024



3.1 Apoio tecnológico – Qualidade, Inovação, Ambiente e Segurança

A Qualidade, a Inovação, o Ambiente e a Segurança constituem domínios de intervenção com carácter horizontal, que continuam a representar uma fatia significativa da prestação de serviços.

Integrado na Qualidade e Inovação, merece uma menção especial a intervenção nas empresas em projetos de melhoria da gestão da qualidade e produtividade, intervenção ao nível de diagnósticos estratégicos, consultadoria.

LABORATÓRIOS

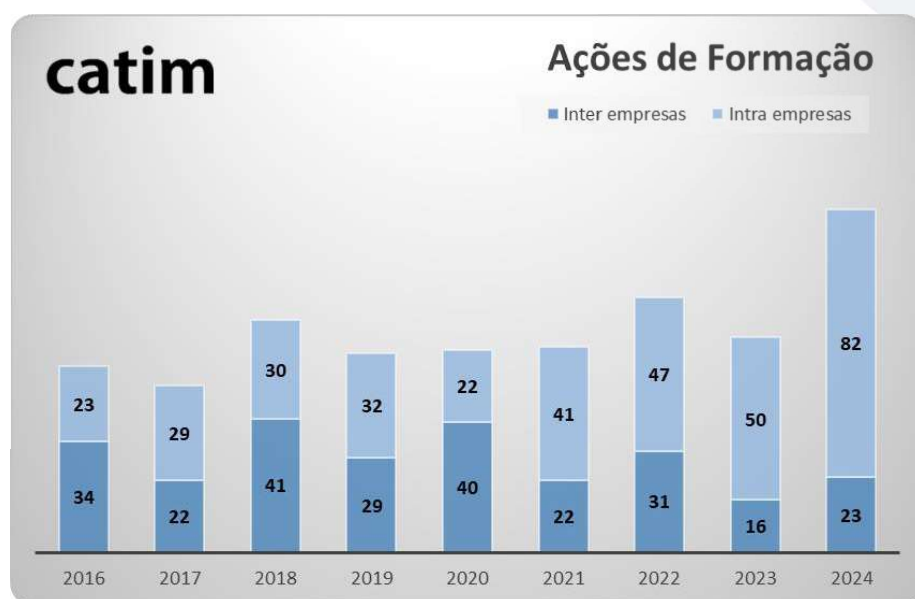
No âmbito dos Laboratórios manteve-se a importância relativa das diversas áreas, destacando-se, em termos de volume de serviços, as áreas dos ensaios de materiais e produtos (MP) e da metrologia (LaborMet).

FORMAÇÃO

O CATIM tem dado continuidade a um programa anual de formação nos domínios em que tem competências próprias, desenvolvendo ações interempresas, e também respondendo a solicitações específicas com ações de formação intraempresas.

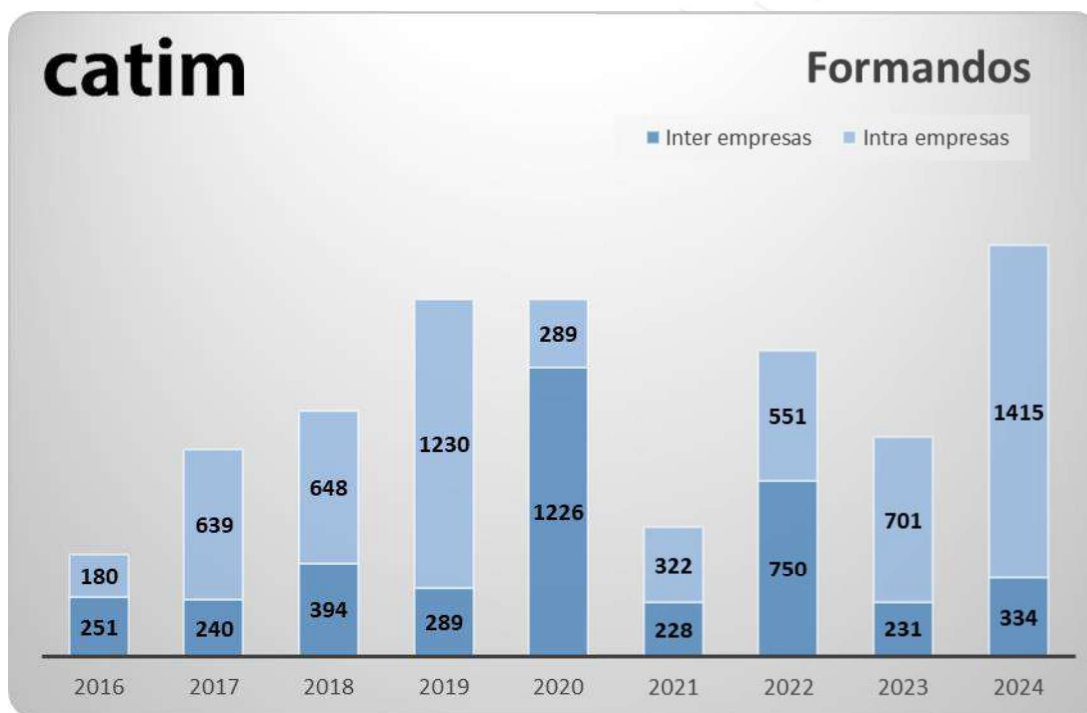
Nos últimos anos a evolução da atividade formativa foi a seguinte:

Gráfico 3.3 – Ações de Formação Realizadas (Formação Inter e Intra Empresa)



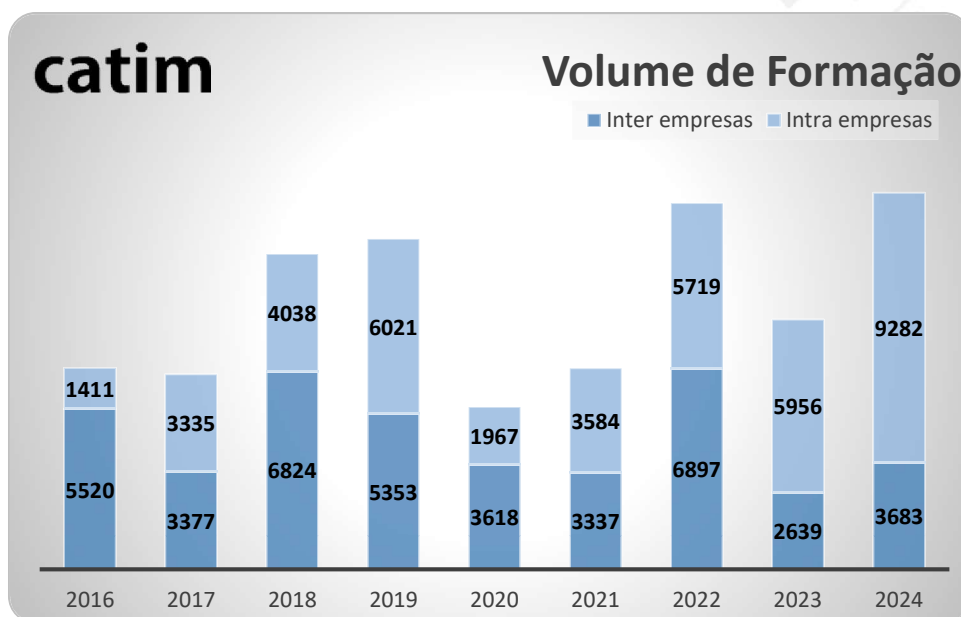
A evolução do número de formandos nos últimos anos foi seguinte:

Gráfico 3.4 – N° de Formandos Abrangidos (Formação Inter e Intra Empresa)



Em termos de volume, horas de formação, a evolução nos últimos anos foi a seguinte:

Gráfico 3.5 - Volume de Formação (Formação Inter e Intra Empresa)





4. O CATIM E O SISTEMA PORTUGUÊS DE QUALIDADE

4. CATIM E O SISTEMA PORTUGUÊS DE QUALIDADE

O CATIM continuou em 2024 a manter um forte envolvimento no Sistema Português da Qualidade. Enquanto Organismo de Normalização Sectorial, são agora abrangidos os seguintes domínios:

- Aparelhos termodomésticos e termoindustriais que utilizam combustíveis sólidos, gasosos e líquidos.
- Louça metálica (à exceção de aspetos relacionados com o contacto com os géneros alimentícios).
- Cutelarias e objetos decorativos e de mesa revestidos a prata.
- Componentes metálicos para canalizações.
- Máquinas-ferramenta.
- Máquinas para trabalhar madeira.
- Artigos de puericultura e brinquedos.
- Equipamento de elevação, excluindo ascensores e monta-cargas, escada mecânicas e tapetes rolantes.
- Metais.
- Portas, janelas, fachadas, cortina, cerramento de vãos e respetivos acessórios metálicos.
- Corrosão metálica.
- Manufatura aditiva.
- Robótica e automação industrial.
- Instalações por cabo para o transporte de pessoas e mercadorias.

Atualmente o ONS CATIM coordena 17 Comissões Técnicas Nacionais. Durante o ano de 2024 o ONS CATIM assumiu a coordenação da CT 97 – Materiais em contacto com géneros alimentícios.



5. COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES E PROJETOS

5. COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS

PROJETOS & TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Enquanto entidade de interface entre o sistema científico e tecnológico (nacional e internacional) e o tecido empresarial, o CATIM tem vindo a despenhar um papel crucial no aumento do fluxo de conhecimento e tecnologia, promovendo o desenvolvimento de ligações e sinergias, fomentando o investimento das empresas em atividades de I&D, enquanto fatores de diferenciação e afirmação, apoiando o desenvolvimento e introdução de novos produtos e serviços no mercado. Neste contexto, importa destacar a crescente aposta em projetos de transferência de conhecimento e projetos de colaboração no domínio da I&D, recorrendo aos instrumentos de apoio financeiro disponíveis, nomeadamente aos fundos que decorrem do quadro comunitário de apoio.

No quadro seguinte são identificados os projetos em executados e em execução:

	AGENDA MOBILIZADORA PRODUTECH R3 – O Mobilizador PRODUTECH R3 (Recuperação-Resiliência-Reindustrialização) - Agenda Mobilizadora da Fileira das Tecnologias de Produção para a Reindustrialização, aprovado no âmbito do PRR, tem como promotor líder a empresa COLEP Packaging Portugal S.A, e reúne uma massa crítica de empresas da Fileira das Tecnologias de Produção e dos principais setores da indústria nacional e entidades do sistema científico e tecnológico nacional, congregando 101 empresas e organizações. Este projeto constitui-se num pacto de inovação que tem como objetivo capacitar a fileira das tecnologias de produção (FTP) para explorar os significativos investimentos que a indústria vai realizar com a transição verde e digital, reduzindo a dependência tecnológica externa, aumentando o valor acrescentado gerado no país e contribuindo para uma alteração da especialização da economia portuguesa.
	AGENDA MOBILIZADORA “PRODUZIR MATERIAL CIRCULANTE FERROVIÁRIO EM PORTUGAL” – aprovado no âmbito do PRR, tem como promotor líder a empresa SERMEC ii, e reúne 13 entidades das quais parceiros empresariais, parceiros do SCTN, outros parceiros potenciais, contando com a participação como end-user a empresa pública CP. O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de um novo produto - fabrico de material circulante, consubstanciado numa tipologia de três carruagens (veículo, i.e., Caixa e Bogies, mais interiorismo).

	MissãoINcatim – aprovado no âmbito do programa Missão Interface do Plano de Recuperação e Resiliência, o projeto MissãoINcatim visa a atualização e o reforço das valências necessárias para estar em sintonia com as necessidades da indústria, numa era marcada pelos desafios associados à resiliência, economia hipocarbónica e circular, digitalização e adaptação às alterações climáticas.
	CARBONFREE_GUIDE4METAL – aprovado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, o projeto CarbonFree_Guide4Metal resultou de uma parceria com a AIMMAP (Entidade Líder) e tem como objetivo a criação de um Roteiro para a Descarbonização e Capacitação da Indústria do Setor Metal Portugal, com especial enfoque na indústria que se dedica ao fabrico de produtos metálicos, máquinas e equipamentos, estando alicerçado numa visão coletiva e estratégica, de médio-longo prazo, rumo à Transição Energética e Transição Verde.
	PRODUTECH (E)DIH – aprovado pela Comissão Europeia, no âmbito do programa “Europa Digital” (Digital Europe Programme (DIGITAL)), este projeto tem como objetivo promover a digitalização da indústria, por via da intervenção direcionada às tecnologias a montante e de produção, alavancando o papel que estas assumem na transição digital (verde e competitiva) da indústria e o seu posicionamento para a produção de respostas às necessidades horizontais e de transformação dos diversos setores da indústria transformadora.
	FabLabs - Developing competences on the Internet of Things through digital fabrication laboratories – aprovado no âmbito do Programa ERASMUS+, este projeto visa a elaboração de conteúdos pedagógicos sobre o tópico de IoT para Fablabs a nível do Ensino Superior. A parceria é constituída pelo CATIM, Ljubiana University (Eslovénia), CESGA (Espanha), Univerdad de Vigo (Espanha), BIBA (Alemanha) e T2i (Itália).
	TopMeas – “User-centered training for optical measurements in digitalized manufacturing processes” – visa desenvolver uma metodologia e conteúdos de formação, centrados no utilizador, para medições óticas em processos digitais de fabrico. Este projeto foi aprovado pelo Programa ERASMUS +, em resultado de uma parceria entre o CATIM, a Universidade de Pádua, a Universidade Técnica de Buchs e a CMtrain.

	Atlantic Offshore Wind Energy (AOWINDE) – tem como finalidade potenciar o recurso à energia eólica <i>offshore</i> sustentável na Eurorregião Galiza-Norte de Portugal, com vista a alcançar o objetivo “zero emissões”. Este projeto foi aprovado pelo Programa Interreg VI Espanha-Portugal 2021-2027, em resultado de uma parceria entre a ASIME, a AIMMAP, a Xunta de Galicia, o Instituto Enerxético de Galicia, a Universidade da Coruña, a Universidade de Vigo, o CATIM, a Câmara Municipal de Viana do Castelo, o IPVC e o INESC TEC.
	Twin NavAux – visa estabelecer as condições tecnológicas e de formação (I+D+i, humanas e empresariais) necessárias para facilitar a implementação geral de modelos de gémeos de produtos digitais (<i>Digital Twins</i>) no setor naval auxiliar na área de cooperação Galiza-Norte de Portugal. Este projeto foi aprovado pelo Programa Interreg VI Espanha-Portugal 2021-2027, em resultado de uma parceria entre o GAIN, a ACLUNAGA, a Universidade da Coruña, o CATIM, a Universidade Portucalense, a IBERCISA Deck Machinery S.A., a Industrias Ferri S.A., e a Electro Rayma S.L.

O CATIM, ciente da importância decisiva das parcerias, do trabalho colaborativo e do estabelecimento de redes que sustentem e promovam a cooperação, tem procurado fortalecer laços de cooperação com diversas entidades, destacando-se em 2024 as seguintes:

AIMMAP – principal promotor dos projetos dirigidos ao Sector, e que conta com o CATIM para assegurar a componente técnica de projetos em domínios da nossa competência específica, nomeadamente no Ambiente, na Segurança de Máquinas, na Segurança no Trabalho e na Normalização.

IAPMEI – Promotor e parceiro em várias Iniciativas e Projetos

DGERT – promotor da Qualidade na Formação

ANEMM – em iniciativas sectoriais.

IPQ - No domínio da promoção da Qualidade, da Normalização e da Metrologia.

ACT – com quem cooperamos no domínio da formação.

CCDR -N IP - que nos tem apoiado em projetos europeus, de âmbito regional e transfronteiriço.

ANI – em projetos nacionais e transfronteiriços.

INEGI – no âmbito de Projetos de natureza regional

INESC-TEC - no âmbito de projetos de natureza regional

Escolas e Centros de Formação da Região, facultando visitas de estudo, e/ou recebendo estagiários (FEUP, ISEP, IPCA, IEFP, ISMAI, AEP, UM, UA).

NTB - Interstaatliche Hochschule für Technik Buchs Switzerland.

CESGA - em projetos transfronteiriços

AIMMEN – em projetos transfronteiriços

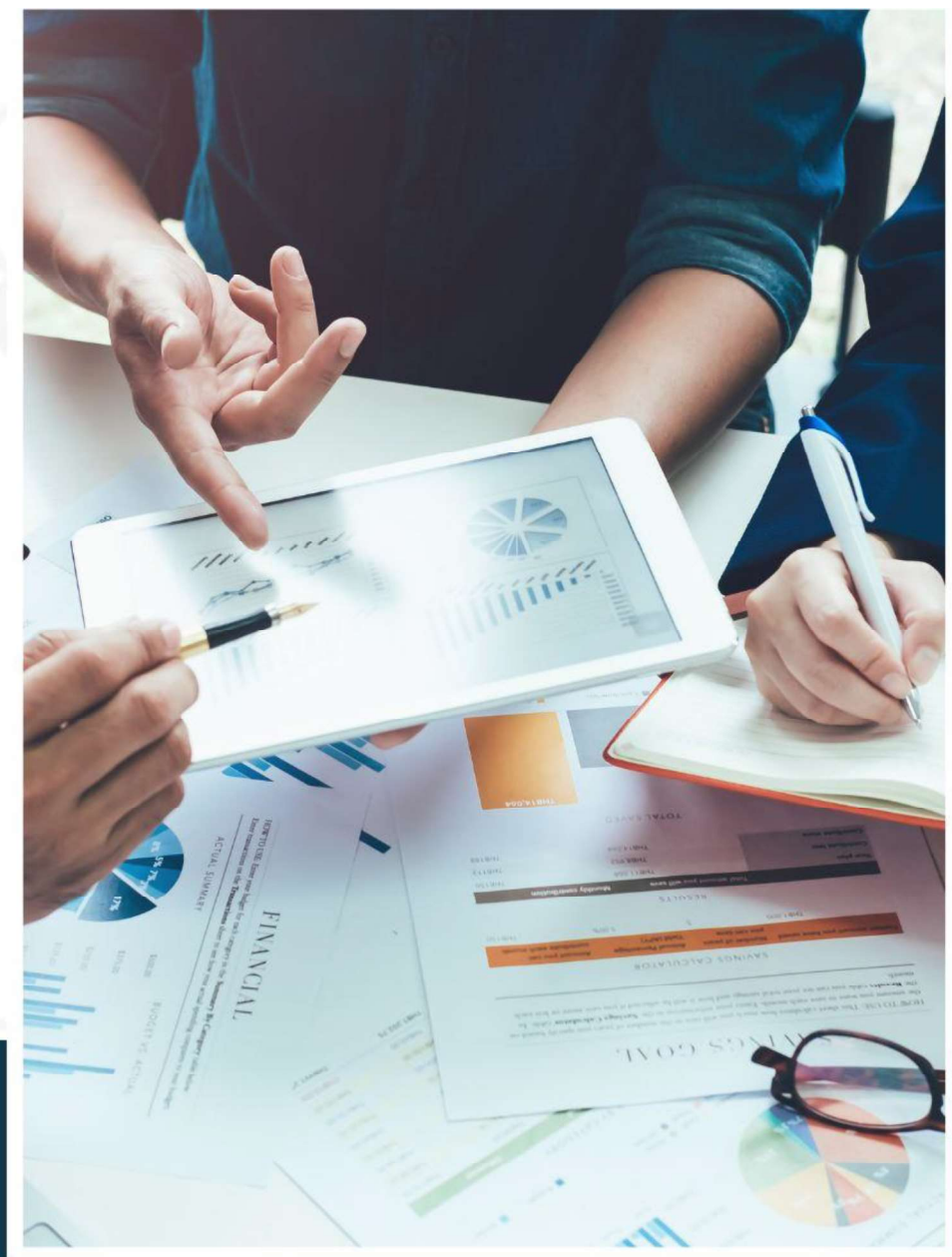
Lab TQ – European Association of Independent test laboratories in the field of energy using appliances

PRODUTECH - apoiando as suas iniciativas

Participação do CATIM noutras entidades:

- ☐ RECET, Associação dos Centros Tecnológicos de Portugal
- ☐ CTCP, Centro Tecnológico do Calçado
- ☐ CTCV, Centro Tecnológico para a Indústria do Vidro e Cerâmica
- ☐ CTIC, Centro Tecnológico da Indústria do Couro
- ☐ CTCOR, Centro Tecnológico da Cortiça
- ☐ CENTIMFE, Centro Tecnológico Indústria dos Moldes e Ferramentas
- ☐ CERTIF, Associação para a Certificação dos Produtos
- ☐ APQ, Associação Portuguesa para a Qualidade
- ☐ Lab TQ – European Association of Independent test laboratories
- ☐ SPMet, Sociedade Portuguesa de Metrologia
- ☐ SPM, Sociedade Portuguesa de Materiais
- ☐ PROMONET, Associação Promotora de Novas Empresas e Tecnologias
- ☐ PRODUTECH, Pólo das Tecnologias de Produção
- ☐ POOLNET, Pólo de Competitividade Engineering & Tooling
- ☐ AP2H2, Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio
- ☐ CIRP, The International Academy for Production Engineering.
- ☐ CMTrain, Training for Coordinate Metrology e.V
- ☐ EUSPEN, European Society for Precision Engineering & Nanotechnology

- ☐ APNCF, Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária
- ☐ CENTROHABITAT - Cluster Habitat Sustentável
- ☐ Hydrogen Europe Research
- ☐ PFP - Associação da Plataforma Ferroviária Portuguesa



6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que dos resultados líquidos do exercício de 2024, no valor de um milhão quatrocentos e dezasseis mil, quatrocentos e cinco euros e vinte e cinco cêntimos, sejam transferidos cinco por cento para a conta de Reserva Legal, e o restante para a conta de Resultados Transitados.

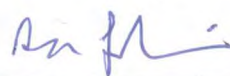
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



(Rui Ferreira Marques)
Presidente



(Paulo José de Lima Martins Couto)



(Rafael da Silva Campos Pereira)



(Elísio Paulo de Oliveira Azevedo)



(Helena Maria Monteiro Faria Nunes)

BALANÇO E CONTAS

Em 31 de Dezembro de 2024

O Conselho de Administração


Nino Brandel

Helene Ferreira Nunes


O contabilista certificado


Cristina Teodoro
cc 81595

CATIM - Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica

Pessoa Colectiva n.º 501630473



BALANÇO

31 de dezembro de 2024

31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2024	31-12-2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	2 015 746,09	2 319 619,00
Ativos intangíveis	7	767 914,85	786 115,13
Outros investimentos financeiros	14	40 800,89	41 578,50
		2 824 461,83	3 147 312,63
Ativo corrente			
Clientes	14	1 521 899,25	1 445 933,24
Adiantamentos a fornecedores	14	1 673,02	2 642,02
Outros créditos a receber	14	1 774 548,21	4 106 988,68
Diferimentos		60 445,86	105 899,11
Caixa e depósitos bancários	4	7 918 722,57	6 473 177,70
		11 277 288,91	12 134 640,75
Total do ativo		14 101 750,74	15 281 953,38
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	574 500,00	572 000,00
Prêmios de emissão	14	196 500,00	194 000,00
Reservas legais	14	415 043,43	375 349,13
Outras reservas	14	34 997,19	34 997,19
Resultados transitados	14	5 563 184,97	4 808 993,21
Outras variações no capital próprio	10	1 405 838,30	1 891 531,74
		8 190 063,89	7 876 871,27
Resultado líquido do período		1 416 405,25	793 886,06
Total do capital próprio		9 606 469,14	8 670 757,33
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	14	275 305,52	327 627,26
Estado e outros entes públicos	17	376 532,86	440 281,12
Acionistas/sócios	14	1 000,00	1 000,00
Diferimentos		3 040 314,68	4 992 238,64
Outras dívidas a pagar	14	802 128,54	850 049,03
		4 495 281,60	6 611 196,05
Total do passivo		4 495 281,60	6 611 196,05
Total do capital próprio e do passivo		14 101 750,74	15 281 953,38

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

CATIM - Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica

Pessoa Colectiva nº 501630473



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	PERÍODOS
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	9	6 229 887,10	5 560 453,98
Subsídios à exploração	10	1 823 856,86	1 581 850,77
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(34 162,25)	(38 208,73)
Ganhos / Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend.conjuntos		-	2 705,94
Fornecimentos e serviços externos	17	(2 230 007,27)	(2 202 748,43)
Gastos com o pessoal	15	(3 878 993,16)	(3 638 746,82)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	(17 332,51)	8 042,31
Outros rendimentos	10,17	617 813,13	526 727,09
Outros gastos	17	(335 438,40)	(218 019,88)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 175 623,50	1 582 056,23
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6,7	(718 388,67)	(745 722,19)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 457 234,83	836 334,04
Resultado antes de impostos		1 457 234,83	836 334,04
Imposto sobre o rendimento do período	12	(40 829,58)	(42 447,98)
Resultado líquido do período		1 416 405,25	793 886,06

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	PERÍODOS
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		7 385 491,99	6 756 657,31
Pagamentos a fornecedores		(2 632 170,46)	(2 476 066,86)
Pagamentos ao pessoal		(2 514 384,47)	(2 148 884,65)
Caixa gerada pelas operações		2 238 937,06	2 131 705,80
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(40 833,90)	(30 295,70)
Outros recebimentos/pagamentos		(351 295,36)	351 708,14
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 846 807,80	2 453 118,24
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(473 897,64)	(400 881,79)
Ativos intangíveis		(19 237,50)	(2 657,00)
Investimentos financeiros		-	(2 276,74)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		777,61	6 971,40
Juros e rendimentos similares		88 691,93	6 455,33
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(403 665,60)	(392 388,80)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		2 500,00	3 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		2 500,00	3 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 445 642,20	2 063 729,44
Efeito das diferenças de câmbio		(97,33)	(171,26)
Caixa e seus equivalentes no início do período		6 473 177,70	4 409 619,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	7 918 722,57	6 473 177,70

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Período findo em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	Capital próprio											Total	Total do capital próprio
		Capital subscrito	Ações próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras var. no capital próprio	Resultado líquido do período		
Posição em 1 de janeiro de 2023	1	570 500,00			192 500,00	362 060,54	34 997,19	4 556 510,00			2 079 150,59	265 771,80	8 061 490,12	8 061 490,12
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Aplicação do resultado do período anterior						13 288,59		252 483,21				(265 771,80)	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	-	-	13 288,59	-	252 483,21	-	-	(187 618,85)	(265 771,80)	(187 618,85)	(187 618,85)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											793 886,06	793 886,06	793 886,06
RESULTADO INTEGRAL	4+5											528 114,26	606 267,21	606 267,21
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital		1 500,00											1 500,00	1 500,00
Realizações de prêmios de emissão					1 500,00								1 500,00	1 500,00
Distribuições													-	-
Entradas para cobertura de perdas													-	-
Outras operações													-	-
	5	1 500,00	-	-	1 500,00	-	-	-	-	-	-	-	3 000,00	3 000,00
Posição em 31 de dezembro de 2023	6+1+2+3+5	572 000,00	-	-	194 000,00	375 349,13	34 997,19	4 808 993,21	-	-	1 891 531,74	793 886,06	8 670 757,33	8 670 757,33

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Período findo em 31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	Capital próprio										Total do capital próprio		
		Capital subscrito	Ações próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras var. no capital próprio		Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2024	1	572.000,00	-	-	194.000,00	375.349,13	34.997,19	4.808.993,21	-	-	1.891.531,74	793.886,06	8.670.757,33	8.670.757,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Aplicação do resultado do período anterior						39.694,30		754.191,76				(793.886,06)	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											(485.693,44)	-	(485.693,44)	(485.693,44)
	2					39.694,30		754.191,76			(485.693,44)	(793.886,06)	(485.693,44)	(485.693,44)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											1.416.405,25	1.416.405,25	1.416.405,25
RESULTADO INTEGRAL	4a-4c											622.519,19	930.711,81	930.711,81
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital		2.500,00										-	2.500,00	2.500,00
Realizações de prêmios de emissão					2.500,00								2.500,00	2.500,00
Distribuições													-	-
Entradas para cobertura de perdas													-	-
Outras operações													-	-
	5	2.500,00	-	-	2.500,00	-	-	-	-	-	-	-	5.000,00	5.000,00
Posição em 31 de dezembro de 2024	6-4-2-3-5	574.500,00	-	-	196.500,00	415.043,43	34.997,19	5.563.184,97	-	-	1.405.838,30	1.416.405,25	9.606.469,14	9.606.469,14

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ANEXO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

(Montantes expressos em Euros)

ANEXO

1. Identificação da entidade

O CATIM – Centro de Apoio Tecnológico À Indústria Metalomecânica (CATIM, ou Centro) é uma instituição privada sem fins lucrativos, constituído em 1986, que tem a sua sede social no Porto, e que tem como atividade principal Apoio Tecnológico a empresas do sector metalúrgico e metalomecânico.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Neste período, não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade do Centro que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base anual, de acordo com as vidas úteis estimadas. Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item, é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/ produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente o direito de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre 2 e 50 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Centro, sejam controláveis pelo Centro e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Centro demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou use e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que são incorridas.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

d) Imparidade de ativos

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Os ativos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização são periodicamente mensurados. Qualquer perda por imparidade nestes ativos é reconhecida como uma diminuição ao excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

e) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal

iii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".

v) Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

Os montantes relativos ao FCT são registados como ativo, na rubrica "Outros ativos financeiros", correspondendo às entregas efetuadas, passíveis de reembolso ao empregador em qualquer situação de cessação do contrato de trabalho. Em cada data de relato, o montante acumulado das entregas é mensurado ao justo valor, com contrapartida em resultados.

f) Matérias ambientais

As entidades nacionais têm a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das mais diversas naturezas, as águas residuais dos seus processos industriais, as emissões para a atmosfera, a proteção de solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

A responsabilidade das empresas que exerçam uma atividade económica suscetível de provocar danos ao ambiente e a terceiros, está regulada pelo Diploma da Responsabilidade Ambiental (Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março e pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março), que vem prever a constituição de garantias financeiras para cobertura dessas responsabilidades, designadamente através da subscrição de apólices de seguro, obtenção de garantias bancárias, participação em fundos ambientais ou constituição de fundos próprios, sem que tenham sido ainda definidos legalmente os valores mínimos dessas garantias.

g) Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os

benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

h) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

i) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor. Algumas das empresas incluídas no perímetro de consolidação da Empresa pelo método integral, são tributadas segundo o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades ("RETGS"), de acordo com o art. 63º do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

j) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração, são registados na rubrica "Outros proveitos operacionais" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio", e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

k) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

l) Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para o Grupo e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

m) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

n) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 incluem:

- Justo valor e vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- Registo de provisões e perdas de imparidade;
- Reconhecimento de proveitos em obras em curso;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

b) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como ganhos e perdas na demonstração dos resultados do período.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das demonstrações financeiras das entidades estrangeiras da Empresa são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio à data do balanço. Os ganhos e perdas, bem como os fluxos de caixa são igualmente convertidos para Euro à taxa média anual. A diferença cambial resultante é registada no Capital próprio na rubrica “Outras variações no capital próprio – Diferenças de conversão de demonstrações financeiras”. No

momento da alienação de tais entidades estrangeiras, as diferenças de conversão cambiais acumuladas são registadas na demonstração dos resultados do período.

As diferenças cambiais associadas a contas receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas.

As diferenças de consolidação e os ajustamentos para o justo valor dos ativos e passivos de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos em moeda estrangeira e são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio à data do balanço.

As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euro.

As cotações utilizadas para conversão em Euros foram as seguintes:

Moeda	31.12.2024	31.12.2023
SEK	0,0873	0,0901
CHF	1,0625	1,0799
USD	0,9626	0,9050
GBP	1,2060	1,1507
DINARES (JOD)	1,3580	1,2768
REAL	0,1556	0,1865
Florins Húngaros	0,0024	0,0026
CZK	0,0397	0,0405
Zloty	0,2339	0,2304
lone	0,0061	0,0064
Renminbi (CNY)	0,1319	0,1274
DKK	0,1341	0,1342
BGN	0,5113	0,5113

3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotado na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa		
Caixa	12.248,99	5.394,88
	12.248,99	5.394,88
Depósitos bancários:		
Depósitos à ordem	2.626.298,46	5.217.607,70
Depósitos a prazo	5.280.175,12	1.250.175,12
	7.906.473,58	6.467.782,82
TOTAL	7.918.722,57	6.473.177,70

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se registou no período qualquer alteração das políticas contabilísticas adotadas em períodos anteriores, as quais têm vindo a ser aplicadas de forma consistente em operações semelhantes, outros acontecimentos e condições, pelo que a informação disponibilizada é fiável e relevante para a tomada de decisões. Neste período não se registaram erros materialmente relevantes relativos a períodos anteriores que tenham justificado qualquer ajustamento, nem existem informações disponíveis que possam colocar em causa as estimativas efetuadas.

Em conformidade, as demonstrações financeiras representam de forma adequada a posição financeira e o desempenho da Empresa, e refletem a substância económica das operações.

6. Ativos fixos tangíveis

6.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	20 – 50	2,00% - 5,00%
Equipamento básico	4 – 8	12,50% - 25,00%

Equipamento de transporte	4 – 8	12,50% - 25,00%
Equipamento administrativo	4 – 8	12,50% - 25,00%
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 8	12,50% - 25,00%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

2024								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	TC
À ESCRITURADA BRUTA:								
em 31.12.2023	-	2.403.852,18	9.795.605,40	8.533,78	406.836,25	467.861,51	275.314,65	13.35
Adições	-	21.422,51	124.930,93	-	15.900,56	-	223.629,33	38
Deleções e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	231.394,64	-	-	-	-	(241.394,64)	(11)
em 31.12.2024	-	2.656.669,33	9.920.536,33	8.533,78	422.736,81	467.861,51	257.549,34	13.73
AÇÕES ACUMULADAS:								
em 31.12.2023	-	(1.700.127,85)	(8.592.413,67)	(8.533,78)	(391.664,52)	(345.644,95)	-	(11.03)
Adições	-	(119.397,85)	(522.390,10)	-	(15.959,25)	(22.009,04)	-	(67)
Deleções e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
em 31.12.2024	-	(1.819.525,70)	(9.114.803,77)	(8.533,78)	(407.623,77)	(367.653,99)	-	(11.71)
QUANTIA ESCRITURADA	-	837.143,63	805.732,56	-	15.113,04	100.207,52	257.549,34	2.01

2023								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	TC
À ESCRITURADA BRUTA:								
em 31.12.2022	-	2.211.107,12	9.686.397,47	10.947,69	397.493,82	418.825,60	103.198,15	12.827
Adições	-	13.062,04	109.207,93	-	10.437,74	16.493,44	417.196,63	566
Deleções e abates	-	-	-	(2.413,91)	(1.095,31)	(532,53)	-	(4
Reversões	-	179.683,02	-	-	-	33.075,00	(245.080,13)	-
em 31.12.2023	-	2.403.852,18	9.795.605,40	8.533,78	406.836,25	467.861,51	275.314,65	13.35
AÇÕES ACUMULADAS:								
em 31.12.2022	-	(1.606.808,87)	(8.017.704,19)	(10.947,69)	(377.567,89)	(330.629,36)	-	(10.343
Adições	-	(93.318,98)	(574.709,48)	-	(15.191,94)	(15.548,12)	-	(698
Deleções e abates	-	-	-	2.413,91	1.095,31	532,53	-	(4
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
em 31.12.2023	-	(1.700.127,85)	(8.592.413,67)	(8.533,78)	(391.664,52)	(345.644,95)	-	(11.038
QUANTIA ESCRITURADA	-	703.724,33	1.203.191,73	-	15.171,73	122.216,56	103.198,15	2.31

6.2. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos durante o período

	Depreciação reconhecida nos resultados	Depreciação reconhecida como parte de custo de outros ativos	TOTAL
Ativos fixos tangíveis	2024	2024	
Edifícios e outras construções	(119.397,85)	-	(119.397,85)
Equipamento básico	(522.390,10)	-	(522.390,10)
Equipamento de transporte	-	-	-

Equipamento administrativo	(15.959,25)	-	(15.959,25)
Outros ativos fixos tangíveis	(22.009,04)	-	(22.009,04)
TOTAL	(679.756,24)	-	(679.756,24)

6.3. Depreciação acumulada no final do período

Depreciação acumulada	31.12.2024	31.12.2023
Edifícios e outras construções	(1.819.525,70)	(1.700.127,85)
Equipamento básico	(9.114.803,77)	(8.592.413,67)
Equipamento de transporte	(8.533,78)	(8.533,78)
Equipamento administrativo	(407.623,77)	(391.664,52)
Outros ativos fixos tangíveis	(367.653,99)	(345.644,95)
TOTAL	(11.718.141,01)	(11.038.384,77)

7. Ativos intangíveis

7.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos intangíveis	Vida útil	Taxa
Programas de computador	3-5	20,
Outros ativos intangíveis	50	

Os elementos dos ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta, numa base duodecimal, de acordo com as vidas úteis estimadas.

- b) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição por classe:

Ativos intangíveis	31.12.2024		31.12.2023
	Quantia escriturada bruta	Amort. e perdas por imparidade	Quantia escriturada bruta
Programas de computador	182.956,61	(163.071,72)	162.524,46
Direitos de superfície	1.207.536,13	(459.506,17)	1.207.536,13
TOTAL	1.390.492,74	(622.577,89)	1.370.060,59

- c) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da demonstração dos resultados ascende a:

Amortizações do período	2024
Programas de computador	14.481,71
Direitos de superfície	24.150,72
TOTAL	38.632,43

- d) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2024 e 2023 são os que se seguem:

	2024				
	Goodwill	Projetos desenv.	Software	Direitos de Superfície	Outros at. intangíveis
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:					
Saldo em 31.12.2023	-	-	162.524,46	1.207.536,13	-
Adições	-	-	20.432,15	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-

Saldo em 31.12.2024	-	-	182.956,61	1.207.536,13	-	-	1.390.492,74
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 31.12.2023	-	-	(148.590,01)	(435.355,45)	-	-	(583.945,46)
Adições	-	-	(14.481,71)	(24.150,72)	-	-	(38.632,43)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Ativos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	-	-	(163.071,72)	(459.506,17)	-	-	(622.577,89)
QUANTIA ESCRITURADA	-	-	19.884,89	748.029,96	-	-	767.914,85

	2023						
	Goodwill	Projetos desenv.	Software	Direito de Superfície	Outros at. intangíveis	Investimentos em curso	TOTAL
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:							
Saldo em 31.12.2022	-	-	159.380,03	1.207.536,13	-	-	1.366.916,16
Adições	-	-	3.144,43	-	-	-	3.144,43
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	-	-	162.524,46	1.207.536,13	-	-	1.370.060,59
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 31.12.2022	-	-	(125.787,06)	(411.204,73)	-	-	(536.991,79)
Adições	-	-	(22.802,95)	(24.150,72)	-	-	(46.953,67)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Ativos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	-	-	(148.590,01)	(435.355,45)	-	-	(583.945,46)
QUANTIA ESCRITURADA	-	-	13.934,45	772.180,68	-	-	786.115,13

8. Inventários

8.1. Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

STO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E S MATÉRIAS CONSUMIDAS	2024		2023	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-prim subsidiárias de consumo
entário inicial	-	-	-	-
npras	-	34.162,25	-	38.208,7
entário final	-	-	-	-
STO DO PERÍODO	-	34.162,25	-	38.208,7

9. Rédito

9.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece o rédito de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Venda de bens** – são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação passam ser fiavelmente mensurados.

b) Prestação de serviços – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

9.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

	2024	2023
Receita de bens	0,00	0,00
Prestação de serviços	6.229.887,10	5.560.453,91
TOTAL	6.229.887,10	5.560.453,91

	2024	2023
Receita de bens e Prestação de serviços:		
Mercado interno	5.989.171,61	5.374.064,21
Mercado externo	240.715,49	186.389,70
TOTAL	6.229.887,10	5.560.453,91

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1. Política contabilística adotada

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos do período em que se tornarem recebíveis. Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso do subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. Os impostos a suportar associados a estes subsídios estão classificados como ajustamentos em subsídios na rubrica "Outras dívidas a pagar".

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. O benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública, em conformidade com a NCRF 27 — Instrumentos Financeiros.

10.2. Natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio das entidades públicas de que diretamente se beneficiou

Descrição	31.12.2024		31.12.2023	
	Outras Variações Capital próprio	Demonstração dos resultados	Outras Variações Capital próprio	Demonstração dos resultados
PEDIP - Expansão Lisboa	112.647,89	6.258,21	118.906,10	6.258,21
PEDIP - Expansão Porto	98.014,51	5.436,95	103.451,46	5.436,95
TRANSTEC.I&I	1.423,74	711,88	2.135,62	711,88
FITEC	19.718,50	199.864,60	39.846,60	50.919,59
INDigital4.0	708.488,44	292.627,82	1.000.885,61	300.826,90
PENSE INDÚSTRIA i4.0	16.798,41	189.103,14	13.618,53	10.804,96
OBSERVTECH	6.900,71	2.837,08	9.737,79	5.718,46
INOVKNOW 3D	4.500,99	7.159,15	11.547,11	7.046,13
METROLOGY4HEALTH	31.784,45	54.510,97	48.636,02	54.454,57
ADDVALUE@SME	54.916,89	27.422,28	64.706,50	36.577,76
METALSHOE	-	13.736,62	4.120,57	22.322,40
PRODUTECH4S&C	-	48.351,86	1.016,04	135.282,21

PRODUTECH SIF	-	9.798,11	-	-
INTERAKHTOOL	17.895,94	347.744,05	67.199,17	108.179,51
MISSÃO INTERFACE	329.861,69	477.798,74	400.918,67	720.332,63
PRODUTECH R3	2.886,14	449.463,20	4.805,95	266.064,72
CORIM	-	-	-	60.664,80
SIMME	-	-	-	61.435,45
Eramus + Train4Dim	-	14.057,00	-	-
SMARTLSF	-	-	-	46.560,15
IS2Industries	-	-	-	25.149,25
ADD.ADDITIVE	-	3.250,68	-	-
IoT FabLabs	-	-	-	24.800,00
TechParts	-	1.683,56	-	-
Ecotest	-	4.573,00	-	-
CarbonFree	-	28.304,08	-	-
Navegando o Futuro	-	15.580,52	-	-
AMFerrovia	-	44.190,46	-	-
Programa Compromisso Emprego Sustentável	-	10.246,86	-	-
Estágios IEFP	-	67.410,69	-	-
TOTAL	1.405.838,30	2.322.121,51	1.891.531,74	2.067.500,20

11. Acontecimentos após a data do balanço

11.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 20 de Março de 2025. No entanto, os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

11.2. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

12. Impostos sobre o rendimento

12.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

Impostos / Rendimentos	2024	2023
Impostos correntes	(40.829,58)	(42.447,98)
Imposto)/ Rendimento por impostos diferidos relacionado com a origem e reversão de diferenças temporárias		
Impostos por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição posterior, de um ativo por impostos diferidos		
POSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	(40.829,58)	(42.447,98)

12.2. Relacionamento entre gasto/rendimento de impostos e lucro contabilístico

Conciliação da taxa efetiva de imposto*:	31.12.2024	31.12.2023
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal	-	-
Imposto fiscal gerado por:		
Impostos não dedutíveis	-	-
Rendimentos não tributáveis	-	-
Imposto mais/menos valias	-	-

Benefícios fiscais	-	-	-
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação	-	(40.829,58)	(42.447,98)
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO – Imposto corrente	-	(40.829,58)	(42.447,98)

*A taxa efetiva de imposto é o gasto/rendimento de impostos dividido pelo resultado antes de impostos.

13. Matérias ambientais

13.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

O Centro tem a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos ambientais decorrentes do exercício da sua atividade, tendo incorrido em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações não existindo passivos efetivos ou contingentes de carácter ambiental que devam ser reconhecidos ou divulgados, nem riscos ou obrigações desta natureza que possam ser fiavelmente mensurados e originar saídas prováveis de recursos, a acautelar por via de provisões específicas, pelo que não se justifica definir critérios de mensuração para o efeito, nem quaisquer métodos de ajustamento de valor.

13.2. Dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de carácter ambiental devem ser levados a resultados se foram gastos incorridos no próprio exercício, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

14. Instrumentos financeiros

14.1. Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida e que os retornos sejam de montante fixo.

Enquanto a Empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

14.2. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor

Ativo financeiros	31.12.2024	31.12.2023
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	13.570,71	14.3
TOTAL	13.570,71	14.3

b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Ativos financeiros	31.12.2024		31.12.2023	
	Custo ou custo amortizado	Imparidade acumulada	Custo ou custo amortizado	Imparidade acumulada
Clientes, c/c	1.489.543,81	-	1.417.430,55	-
Clientes de cobrança duvidosa	270.998,32	(238.642,88)	249.815,52	(221.312,83)
CLIENTES	1.760.542,13	(238.642,88)	1.667.246,07	(221.312,83)
Adiantamentos a fornecedores	1.673,02	-	2.642,02	-
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	1.673,02	-	2.642,02	-
Despesa	2.244,88	-	2.616,08	-
Fornecedores por acréscimos de rendimentos	17.471,46	-	17.620,68	-
Outros devedores	1.754.831,87	-	4.086.751,92	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	1.774.548,21	-	4.106.988,68	-

c) Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade mensurados ao custo menos imparidade

Entidade participada	31.12.2024		31.12.2023	
	Custo	Imparidade acumulada	Custo	Imparidade acumulada
AIDUST – Consultadoria e apoio à indústria, S.A.	-	-	-	-
Certif – Associação para a certificação	7.500,00	-	7.500,00	-
Produtech	5.000,00	-	5.000,00	-
Promonet	5.000,00	-	5.000,00	-
Centro Tecnológico da C. Vidro	2.992,79	-	2.992,79	-
Centro Tecnológico das Ind. Couro	1.496,39	-	1.496,39	-
CTCOR – Centro Tecnológico da Cortiça	1.247,00	-	1.247,00	-
Relacre	997,60	-	997,60	-
CentroHabitat	500,00	-	500,00	-
PEP – Associação Plataforma Ferroviária Portuguesa	500,00	-	500,00	-
POOLNET	500,00	-	500,00	-
Citeve	498,80	-	498,80	-
Centimfe	498,80	-	498,80	-
Centro Tecnológico do Calçado	498,80	-	498,80	-
TOTAL	27.230,18	-	27.230,18	-

d) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros	31.12.2024			31.12.2023	
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente
Fornecedores, c/c	275.305,52	-	275.305,52	327.627,26	-
FORNECEDORES	275.305,52	-	275.305,52	327.627,65	-
Acionistas/sócios	1.000,00	-	1.000,00	1.000,00	-
ACIONISTAS/SÓCIOS	1.000,00	-	1.000,00	1.000,00	-

Credores por acréscimos de gastos	493.918,41	-	493.918,41	450.490,31	-	450.490,31
Outros	308.210,13	-	308.210,13	399.558,72	-	399.558,72
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	802.128,54	-	802.128,54	850.049,03	-	850.048,03

14.3. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31.12.2024 o Centro tinha os seguintes passivos contingentes:

- Encontra-se pendente uma ação judicial em que o Centro é Réu, na qual é peticionada a quantia de 40.700,00 euros, acrescida de juros vencidos e eventuais encargos judiciais.
- Caso a decisão judicial seja desfavorável, a responsabilidade financeira poderá ascender a aproximadamente 47.500,00 euros.
- Atendendo à incerteza quanto ao desfecho do processo, não foi constituída qualquer provisão para este passivo contingente.

14.4. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a Empresa avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, a Empresa conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros apresentam perdas por imparidade:

Ativos financeiros	Evidência da imparidade	Perda por imparidade 2024
Clientes	Incumprimento no pagamento	17.332,51
TOTAL		17.332,51

14.5. Montante de capital social

A 31 de Dezembro de 2024, o Centro detinha um capital social de 574.500,00 euros, e Prémios de Emissão de 196.500,00 euros.

14.6. Reserva legal e Outras Reservas

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2024 a reserva legal ascendia a 415.043,43 euros (375.349,13 euros em 2023) e as outras reservas ascendiam a 34.997,19 euros (igual montante em 2023).

14.7. Resultados transitados

De acordo com a deliberação da Assembleia-geral, de quatro de abril de 2024 (Ata n.º 89), foi aprovada por unanimidade a transferência do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 no

montante de 793.886,06 euros para as rubricas de “Reserva Legal” (39.694,30 euros) e “Resultados transitados” (754.191,76 euros).

15. Benefícios dos empregados

15.1. Número de empregados no período

Número de Empregados	2024	2
Início do período	112	
Fim do período	112	
Média do período	112	

15.2. Gastos com o pessoal

	2024	2023
Vencimentos e salários		
Remunerações do pessoal	3.055.436,83	2.760.117,14
Encargos com a segurança social		
Remunerações do pessoal	605.457,79	583.649,93
Seguros	92.461,31	84.795,91
Gastos de ação social	3.991,80	4.016,88
Outros gastos com o pessoal	121.645,43	206.166,96
TOTAL	3.878.993,16	3.638.746,82

16. Divulgações exigidas por diplomas legais

- **Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:**
A Empresa não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.
- **Art.º 210º do Código Contributivo:**
A Empresa não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.

17. Outras informações

17.1. Estado e outros entes públicos

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	16.121,16	40.833,90
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	64.488,70	67.927,44
Imposto sobre o valor acrescentado	168.794,54	210.142,71
Contribuições para a Segurança Social	127.128,46	121.377,07
TOTAL PASSIVO	376.532,86	440.281,12

17.2. Fornecimentos e serviços externos

	2024	2023
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	846.746,68	783.365,92
Publicidade e propaganda	44.799,64	98.014,21
Vigilância e segurança	29.073,88	26.844,24
Honorários	59.498,89	54.683,05
Conservação e reparação	87.608,38	114.530,81
Serviços bancários	3.424,89	4.167,11
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	13.030,34	11.474,13
Livros e documentação técnica	7.796,85	6.408,41
Material de escritório	46.473,54	42.458,00
Energia e fluidos		

Eletricidade	92.427,77	78.041,26
Combustíveis	97.480,74	98.406,26
Água	11.549,08	32.605,42
Outros fluídos	65.622,38	67.786,42
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	252.061,25	244.170,99
Transportes de mercadorias	16.253,19	14.270,27
Outros	21,60	
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	76.815,50	73.275,60
Comunicação	65.971,91	62.218,66
Seguros	50.160,38	39.833,97
Contencioso e notariado	969,00	785,40
Despesas de representação	50.190,97	57.941,25
Limpeza, higiene e conforto	89.614,65	80.406,41
Outros	222.415,76	211.060,64
TOTAL	2.230.007,27	2.202.748,43

17.3. Outros rendimentos

	2024	2023
Rendimentos e ganhos em associadas	-	2.705,94
Diferenças de câmbio favoráveis	70,64	19,17
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	3.785,90	1.222,10
Imputação do subsídio ao investimento	498.264,65	485.649,43
Outros	10.066,74	15.201,20
Juros obtidos	105.625,20	24.635,19
TOTAL	617.813,13	529.433,03

17.4. Outros gastos

	2024	2023
Impostos	41.820,94	34.182,79
Abates	-	-
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	245.167,91	138.273,72
Donativos	-	-
Quotizações	25.467,71	23.035,79
Outros	22.981,84	22.527,58
TOTAL	335.438,40	218.019,88

17.5. Proposta de aplicação dos resultados

Para o resultado líquido do período, no montante de 1.416.405,25 euros, o Conselho de Administração propôs que,
nos termos legais e estatutários, lhe seja dada a seguinte aplicação:

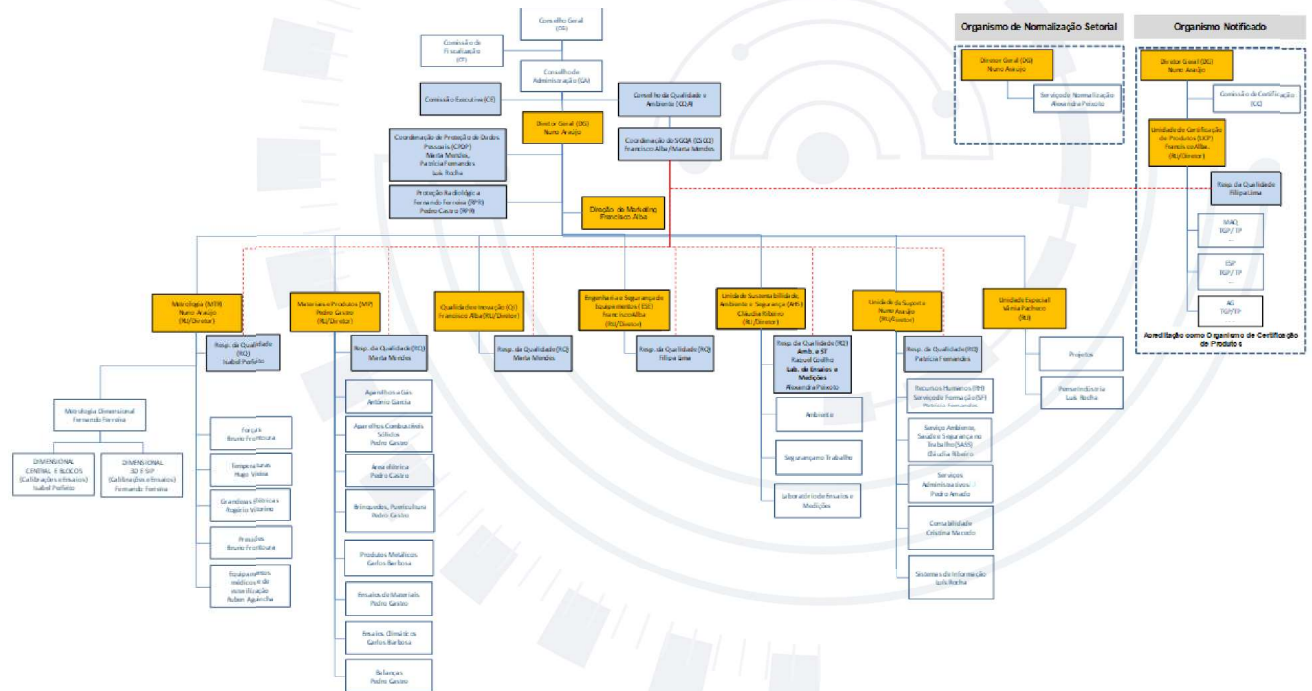
Descrição	Montante
Resultados Transitados	1.345.584,99
Reservas Legais	70.820,26
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.416.405,25

Porto, 16 de abril de 2025

O Contabilista Certificado

A Administração

ORGANIGRAMA DO CATIM



ÓRGÃOS SOCIAIS DO CATIM

No que concerne à composição dos Órgãos Sociais no final de 2024:

MESA DO CONSELHO GERAL

Presidente: Élio Sérgio Pereira de Sousa Maia, em representação da Fundação Alto da Lixa, S.A.

Vice-Presidente: António Augusto de Magalhães Gomes, em representação do IAPMEI

Secretários:

Alexandra Maria da Mota Melo Matias Magalhães, em representação da AMC-Alexandrino Matias & C2, S.A.

Mafalda Correia de Sampaio Fortes da Gama Gramaxo, em representação da AIMMAP.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Rui Ferreira Marques, AIMMAP

Vogal: Rafael da Silva Campos Pereira, AIMMAP

Vogal: Paulo José de Lima Martins Couto, BOSCH Termotecnologia

Vogal: Elísio Paulo de Oliveira Azevedo, AIMMAP

Vogal: Helena Maria Monteiro Faria Nunes (*)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Jorge Manuel Silva Duque (**)

José António Filipe Gonçalves, em representação da AIMMAP

Cristina Maria Madail Lourenço Boia, em representação da AIMMAP

(*) Despacho, despacho nº 9174/2022 do Secretário de Estado da Economia e Declaração de retificação 716/2022 da Secretaria - Geral

(**) Despacho nº 9171/2022 do Gabinete do Secretário de Estado da Economia

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do CATIM – Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 14 101 750,74 euros e um total de capital próprio de 9 606 469,14 euros, incluindo um resultado líquido de 1 416 405,25 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do CATIM – Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TEL.: +351 22 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664
Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



CATIM – Centro de Apoio Tecnológico à
Indústria Metalomecânica
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2024

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

www.hlb.svtm.pt

2/3

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TEL: +351 22 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664
Santos Vaz, Tróico de Moraes & Associados, SROC. Lda. pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



CATIM - Centro de Apoio Tecnológico à
Indústria Metalomecânica
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2024

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 13 de março de 2025

SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Moraes
(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TEL.: +351 22 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664
Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

3/3